



**Texto para Discussão 001 | 2018**

***Discussion Paper 001 | 2018***

## **Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI. Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença?**

**Reinaldo Gonçalves**

*Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

# **Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI. Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença?**

**Janeiro, 2018**

**Reinaldo Gonçalves**

*Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
reinaldogoncalves1@gmail.com*

## **Resumo**

As variações dos indicadores de desigualdade e da pobreza na América Latina no século XXI não estão associadas aos modelos de desenvolvimento econômico, em geral, e à liberalização econômica dos países, em particular. A ausência de diferenças estatisticamente significativas no desempenho dos países latino-americanos (com distintos modelos de desenvolvimento) pode derivar do neoliberalismo sincrético, do paliativismo das políticas sociais e da ausência de mudanças estruturais na produção e distribuição. As quedas dos indicadores de desigualdade e pobreza expressam mais ilusão (induzida por indicadores de baixa potência e narrativas políticas) do que realidade. Isso ocorre independentemente dos modelos de desenvolvimento econômico, como apontam os casos do Chile, Brasil ou Venezuela.

## **Economic liberalization, inequality and poverty in Latin America in the XXI century. Do economic development models make any difference?**

### **Abstract**

The changes of inequality and poverty indicators in Latin America in the XXI century are not associated with the models of economic development, in general, and the economic liberalization of countries, in particular. The absence of statistically significant differences in the performance of Latin American countries (with different development models) may derive from syncretic neoliberalism, the palliative approach to social policies and the absence of structural changes in production and distribution. The generalized phenomenon of falls in inequality and poverty indicators express more delusion (induced by the low power-efficiency of indicators and the political narratives) than reality. This phenomenon occurs independently of the models of economic development, as shown by the cases of Chile, Brazil or Venezuela.

## Introdução

A hipótese central desse texto é que, na América Latina no século XXI, as variações da desigualdade e da pobreza não estão associadas aos modelos de desenvolvimento econômico, em geral, e à liberalização econômica dos países, em particular. Mais especificamente, discute-se a hipótese da inexistência de relação entre, de um lado, a tendência à liberalização econômica (marcador para a identificação de modelos econômicos) e, de outro, as tendências da desigualdade e da pobreza. A inexistência dessa relação decorre, sobretudo, da ausência de mudanças estruturais em países com distintos modelos.

Mudanças estruturais referem-se à produção, acumulação e distribuição da riqueza e da renda.<sup>1</sup> Essas mudanças estruturais tendem a afetar a distribuição da riqueza e a relação primária da renda (rendimentos do capital *versus* rendimentos do trabalho). Na ausência de mudanças estruturais, independentemente do modelo, do índice de liberalização econômica e das políticas paliativas, a desigualdade e a pobreza estruturais permanecem inalteradas.

A hipótese apresentada contraria a *rationale* – informada pela própria doutrina liberal e recorrentemente destacada pelos seus críticos – que modelos com maior orientação liberal (maiores índices de liberalização econômica - ILE) caracterizam-se pela passividade dos governos em relação às funções econômicas do estado (alocativa, produtiva, reguladora, estabilizadora e distributiva). As diretrizes do liberalismo doutrinário são evidentes no sentido de menor intervenção do estado e maior liberdade para a atuação das forças de mercado (oferta e demanda) e para a acumulação de capital. Vale notar, entretanto que, se por um lado, o liberalismo doutrinário é claramente contrário às medidas distributivas (taxação progressiva, salário mínimo, habitação popular etc.); por outro, ele defende o

---

<sup>1</sup> No debate atual sobre distribuição da renda, principalmente, nos países desenvolvidos, a ênfase está nas políticas que geram mudanças estruturais na distribuição de riqueza e, em consequência, na distribuição da renda. As ferramentas mais recomendadas são impostos progressivos sobre o capital e a renda (Piketty, 2013, capítulos 14 e 15) e política tecnológica, progressividade tributária e seguridade social (Atkinson, 2015, p. 237-239).

uso de políticas de transferência monetárias de renda para reduzir os efeitos colaterais negativos da pobreza (Friedman, 1962, capítulos 10, 11 e 12).<sup>2</sup>

No início do século XXI a América Latina transforma-se em laboratório de diferentes modelos de desenvolvimento econômico. A rotulação desses modelos é claramente controversa no campo político-ideológico e, frequentemente, as narrativas político-eleitorais divergem das ações concretas. Alegorias antiliberais e pós-liberais convivem com enredos liberais e vice-versa. É, naturalmente, um erro analítico identificar antiliberalismo ou pós-liberalismo em países que mantêm elevado grau de liberalização econômica, independentemente do ativismo das políticas públicas.<sup>3</sup>

Na América Latina, o neoliberalismo sincrético implica a coexistência de modelos econômicos liberais com políticas sociais (pali)ativas, inclusive, aquelas focalizadas na desigualdade e na pobreza. A *rationale* desse neoliberalismo sincrético é, naturalmente, a governabilidade e a perpetuação no poder. Por essa razão, cabe deixar de lado classificações do tipo governos de esquerda, direita, progressistas, conservadores, liberais, pós-liberais, antiliberais etc., que confundem mais do que esclarecem.

Na América Latina identificam-se experiências de adoção de políticas focalizadas de redução da desigualdade e pobreza, maior ativismo das políticas públicas e, eventualmente, redução da liberalização econômica. Entretanto, é difícil classificar esses países no esquema simplificado – liberal, pós-liberal ou antiliberal – haja vista a ausência de mudanças estruturais na economia.

É verdade que alguns países adotam modelos antiliberais (ILE baixos) enquanto outros seguem ou aprofundam modelos liberais (ILE altos). Entretanto, isso não impede que governos liderados por forças políticas mais à esquerda, inclusive socialistas, operem

---

<sup>2</sup> Segundo Friedman (1962, p. 195), “o coração da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, na sua liberdade de extrair o máximo das suas capacidades e oportunidades de acordo com seus próprios interesses, sujeito somente à condição que ele não interfira com a liberdade dos outros indivíduos fazerem o mesmo”.

<sup>3</sup> Para uma revisão dos enredos e alegorias pós-neoliberais na América Latina no início do século XXI, ver Ruckert, Macdonald e Proulx (2017).

modelos de desenvolvimento econômico fortemente liberais. Esse é, certamente, o caso do Chile com os governos liderados pelo Partido Socialista na maior parte das duas primeiras décadas do século XXI.

Ademais, há países cujos governos, marcados por androginia política e oportunismo, seguem estratégias e políticas contraditórias. Nesses países, apesar de haver ativismo das políticas públicas, há o reforço da concentração de capital ao mesmo tempo em que se adotam políticas paliativas e focalizadas na desigualdade e pobreza. Certamente, esse é o caso do Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores, de janeiro de 2003 a agosto de 2016.

Por outro lado, há países em que os governos adotam projetos claramente de orientação socialista que implicam, inclusive, forte redução da liberalização econômica. Porém, esses governos são incapazes de alterar a estrutura básica de produção, acumulação e distribuição de riqueza e renda. A divergência entre a reorientação das estruturas, processos e relações no campo da política e a manutenção das estruturas, processos e relações no campo da economia geram fortes contradições que tendem a gerar crises sistêmicas. Esse é o caso da Venezuela desde a virada do século XX para o século XXI.

Em consequência, análises superficiais abundam na medida em que se limitam aos discursos oficiais e aos elementos de aparência e alegoria e, portanto, negligenciam fatos e resultados.<sup>4</sup> Para superar essas superficialidades e imprecisões, cabe focar na questão metodológica central: diferentes modelos implicam diferenças significativas quanto a um marcador específico, o índice de liberalização econômica.

A liberalização econômica é direta e positivamente relacionada ao grau de liberdade das forças de mercado, ou seja, da interação entre oferta e demanda de produtos e fatores de

---

<sup>4</sup> Exemplo, nesse sentido, é o Brasil durante o governo Lula no Brasil (2003-10). Parcela dos analistas atribui rótulos de nacional desenvolvimentismo, social desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo a um modelo que envolve resultados diametralmente opostos àqueles esperados pelas diretrizes históricas do desenvolvimentismo. De fato, o governo Lula é exemplo de liberalismo sincrético que produziu o desenvolvimentismo às avessas. Ver, Gonçalves (2013). Críticas às rotulações e análises superficiais do governo Lula (neodesenvolvimentismo etc.) são apresentadas por Castelo (2012), Sampaio Jr. (2012) e Almeida (2012).

produção. Os mercados são internos (ou domésticos) e externos (ou internacionais). O grau de liberdade, por seu turno, é determinado pela intervenção do estado por meio das suas funções econômicas de alocação, produção, estabilização, regulação e distribuição.

Para ilustrar, os gastos do estado com ensino público e gratuito – função alocativa – afetam a conduta e desempenho das empresas e a estrutura dos mercados de serviços de educação. O monopólio estatal da exploração e produção de hidrocarbonetos – função produtiva – influencia a estrutura do mercado desses produtos primários. A adoção de políticas monetária, fiscal, cambial etc. focadas nos ajustes interno (inflação etc.) e externo (balanço de pagamentos) – função estabilizadora – condicionam o funcionamento dos mercados de produtos e dos mercados cambial e financeiro. As políticas de tarifas e de desempenho das empresas de serviços de utilidade pública, as políticas de proteção ambiental, regulação bancária e a legislação trabalhista – função reguladora – são determinantes do funcionamento e da formação de preços em mercados distintos (combustível, eletricidade, telefonia, indústria de transformação, serviços de seguro saúde, serviços financeiros etc.). E, por fim, políticas nos campos da tributação, estrutura agrária, tecnologia, saúde, educação, relações trabalhistas, crédito, comércio exterior etc. – função distributiva – impactam na distribuição de riqueza e renda e nos níveis de pobreza.

Nesse texto a análise envolve três níveis distintos, porém complementares. O primeiro consiste em comparações internacionais (América Latina *versus* mundo) de tendências quanto à liberalização econômica, desigualdade e pobreza. O segundo nível abarca comparações regionais. Ou seja, distintos conjuntos de países da América Latina, agrupados segundo o modelo econômico (marcador: índice de liberalização), são comparados quanto à evolução dos indicadores de liberalização econômica, desigualdade e pobreza. O terceiro nível envolve comparações de indicadores de desempenho econômico e social (desigualdade, pobreza, distribuição primária da renda etc.) de três países da região (Chile, Brasil e Venezuela), que adotam modelos distintos de desenvolvimento econômico.

O texto está dividido em três seções, além dessa introdução. A seção 1 envolve breve apresentação de evidências empíricas sobre tendências recentes relativas à evolução dos

indicadores de liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina e no mundo no início do século XXI.

O indicador de liberalização econômica é o *Index of Economic Freedom* da Heritage Foundation. Os indicadores de desigualdade são: o índice de Gini e a razão entre a renda *per capita* do domicílio quintil 5 e a renda *per capita* do domicílio quintil 1. Os indicadores de pobreza são: o percentual da população com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita* e o percentual da população em situação de pobreza (abaixo da linha de pobreza definida pela CEPAL). Em ambos os casos, os dados são das pesquisas nacionais de amostra por domicílio. Nesse ponto, cabe um alerta importante: os indicadores de desigualdade e pobreza têm baixa potência e, portanto, frequentemente, induzem conclusões precipitadas e, até mesmo, equivocadas.<sup>5</sup> Voltamos a essa questão mais adiante.

A seção 2 foca na análise empírica da questão central do texto e testa a hipótese de inexistência de diferenças de resultados (indicadores desigualdade e pobreza) de *clusters* distintos de países segundo o modelo de desenvolvimento econômico na região. Essa análise baseia-se em um painel de 17 países latino americanos que são agrupados (*clusters*) segundo o ILE. O procedimento básico consiste no confronto dos indicadores médios de 2000-06 e 2007-14. Esse recorte temporal decorre do fato que no segundo período (2007-14) evidenciam-se diferenças marcantes quanto aos modelos de desenvolvimento econômico adotados na região. Os contrastes são informados pelo avanço ou introdução de políticas antiliberais na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela (grupo ABEV).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Não é por outra razão que renomados especialistas (Atkinson, Piketty etc.) evitam indicadores baseados em pesquisas de amostra de domicílios (por exemplo, o índice de Gini) e preferem focar na participação dos grupos mais ricos (*top* 0,1%, 1% etc.) na renda. A adoção de linhas *ad hoc* de pobreza também é um problema metodológico importante.

<sup>6</sup> A resenha de Ruckert, Macdonald e Proulx (2017) usa diversos marcadores para analisar as mudanças econômicas, políticas, sociais e institucionais nos países latino americanos no século XXI para identificar o fenômeno do pós-neoliberalismo (melhor dizendo, antiliberalismo). Ao fim e ao cabo, o entendimento é que esse fenômeno limita-se, fundamentalmente, ao grupo ABEV.



A seção 3 examina a evolução da de indicadores de desigualdade, pobreza e distribuição primária (funcional) da renda de três países com modelos de desenvolvimento econômico significativamente distintos quando se trata do mercado liberalização econômica (Venezuela, Brasil e Chile).

A última seção resume os principais resultados empíricos. Essa seção inclui, ainda, algumas considerações gerais sobre a relação entre modelos de desenvolvimento, liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina.

# 1 Liberalização econômica, desigualdade e pobreza: tendências

Na América Latina a ascensão de governos antiliberais – minoria de países, como vemos mais adiante – pode ser vista como a reação política e eleitoral aos efeitos das políticas de estabilização macroeconômica e das reformas liberais adotadas no final do século XX e início do século XXI. Certamente, as políticas de ajuste macroeconômico e as mudanças estruturais relativas ao modelo neoliberal tiveram consequências econômicas, sociais, políticas e institucionais na região. A evidência é conclusiva a respeito do aumento da desigualdade e da pobreza na maioria dos países da América Latina nos anos 1980 (CEPAL, 1993, p. 26 e p. 100). Nos anos 1990 não há tendência evidente de piora ou melhora na distribuição de renda já que metade dos países da região aponta índices crescentes enquanto a outra metade informa índices decrescentes (CEPAL, 2003, p. 76-79). Por outro lado, a maioria dos países experimenta queda dos índices de pobreza de forma que, no conjunto, há redução da pobreza na região (Ibid., p. 55).

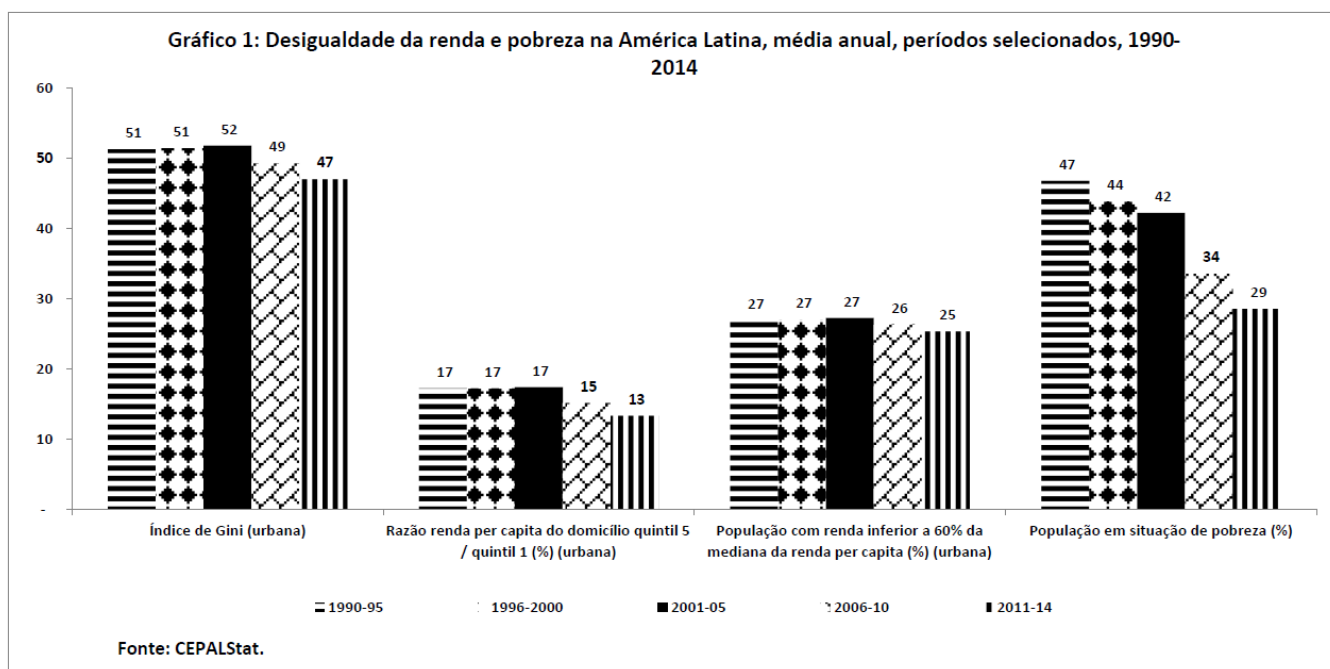
Alguns autores argumentam que os aumentos da desigualdade e da pobreza observados na América Latina nos anos 1980 e, até mesmo nos anos 1990, resultam do processo de ajuste macroeconômico e não da adoção de medidas estruturais liberalizantes. Entretanto, artigos como o de Baer e Maloney (1997) são pouco convincentes empírica e analiticamente na medida em que é difícil (ou impossível) isolar os fatores determinantes (Gasparini e Lustig, 2011, p. 8). É difícil estimar os efeitos das políticas de ajuste macroeconômico frente à profunda desestabilização observada na região. Esse argumento também se aplica às medidas ou reformas estruturais liberalizantes que invertem as diretrizes estratégicas dos projetos desenvolvimentistas vigentes nas principais economias da região do início dos anos 1930 até o final dos anos 1970 (Cano, 1999, cap. 1).<sup>7</sup>

As tendências regionais (médias simples dos indicadores para o painel de 17 países) no período 1990-2014 são apresentadas no Gráfico 1. Os indicadores de desigualdade – Gini

---

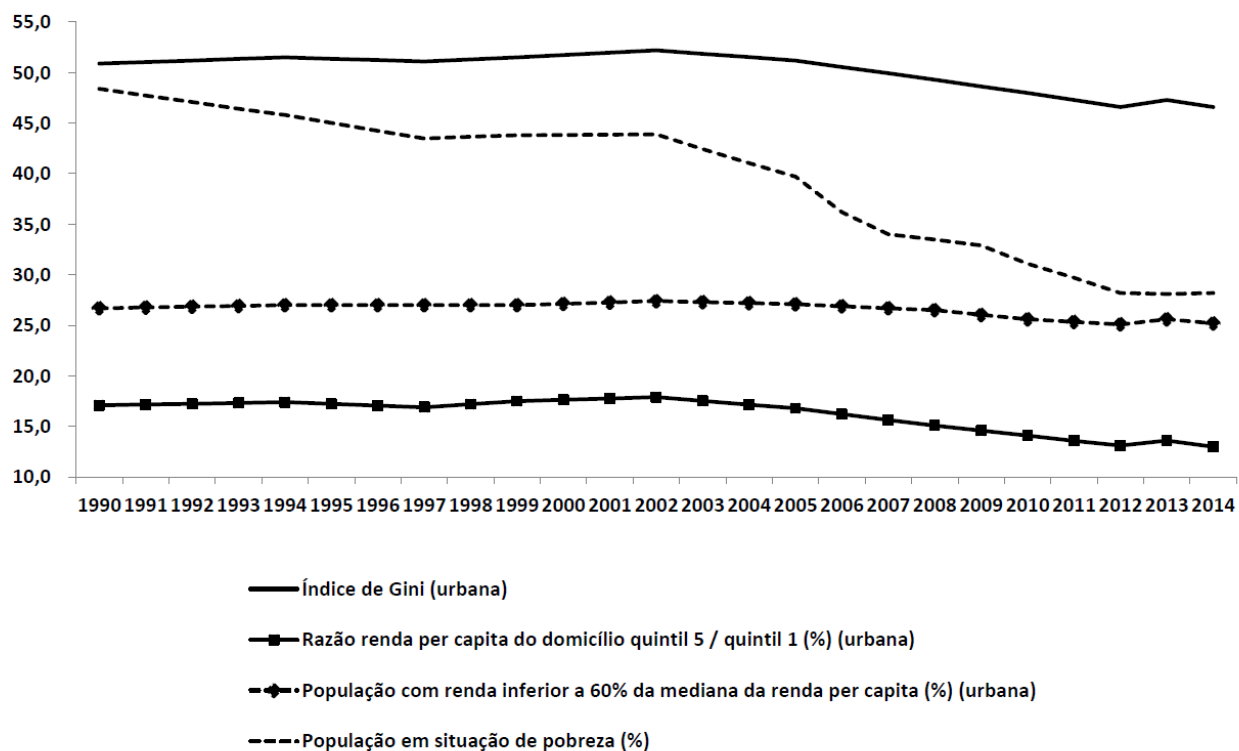
<sup>7</sup> O excelente livro de Cano (1999) analisa a história econômica dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela e Cuba.

(área urbana) e a razão renda *per capita* do domicílio quintil 5 / quintil 1 (%) (urbana) – mantém-se relativamente estáveis em 1990-95, 1996-2000 e 2001-05. No que se refere aos indicadores de pobreza – percentual da população com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita*, área urbana – também se mantém estável. Somente o percentual da população em situação de pobreza cai de 47% em 1990-95 para 44% em 1996-2000 e 42% em 2001-05. Ou seja, nenhum avanço em termos de desigualdade e, muito provavelmente, avanço incipiente no que se refere à redução da pobreza entre o final da década perdida (anos 1980 – 1990-95) e meados da primeira década do século XXI (2001-05).



Ainda que na primeira metade dos anos 2000 já se constate a melhora dos indicadores, a inflexão relevante mais evidente ocorre na segunda metade da primeira década do século XXI, como mostra o Gráfico 2 que cobre o período 1990-2014. Isso é particularmente evidente no caso do indicador de pobreza (percentual da população abaixo da linha da pobreza).

Gráfico 2: Desigualdade da renda e pobreza na América Latina, , média anual, 1990-2014

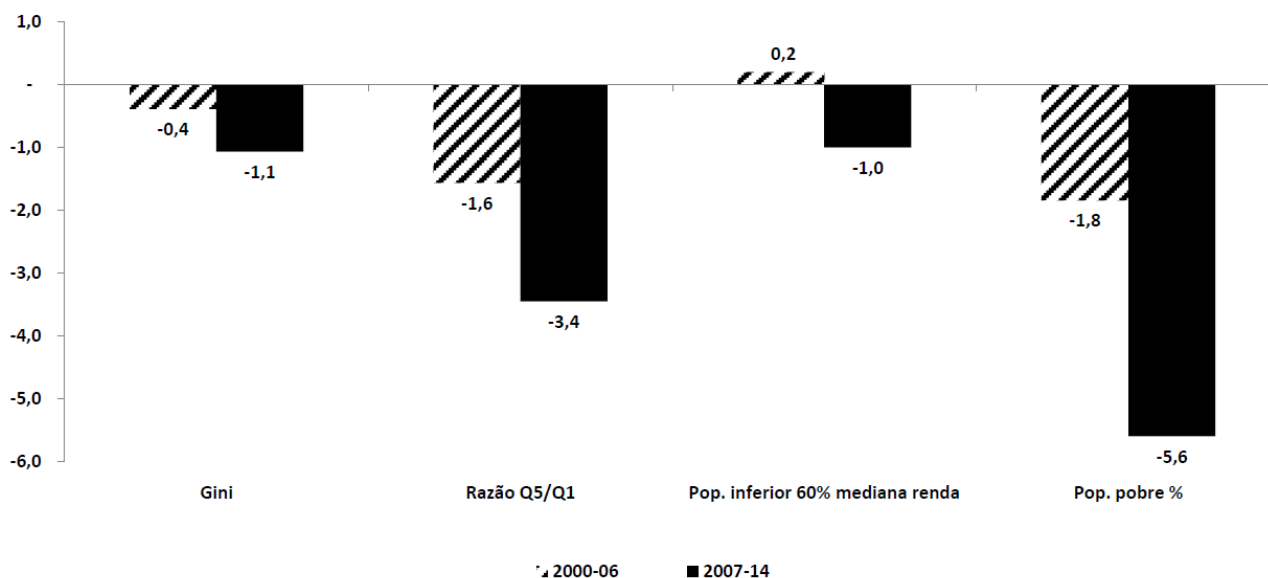


Fonte: CEPALStat.

A melhora dos indicadores de desigualdade e pobreza na América Latina também é evidenciada no Gráfico 3 que apresenta as taxas médias anuais de variação percentual dos indicadores (mais especificamente, a média das variações dos logaritmos naturais dos indicadores) em 2000-06 e 2007-14.<sup>8</sup> O que chama a atenção é que a melhora dos indicadores observada em 2000-06 é ainda mais forte em 2007-14. Esse resultado pode refletir as mudanças políticas relevantes na região. Vale lembrar, mais uma vez, que essas mudanças são particularmente evidentes nos casos de adoção de modelos de desenvolvimento de orientação socialista (Venezuela, Bolívia e Equador) e de recorte nacional desenvolvimentista (Argentina).

<sup>8</sup> Os dados sobre medianas informam resultados similares.

Gráfico 3: América Latina - desigualdade e pobreza, variação média anual (%), 2000-06 e 2007-14



Fonte e nota: CEPALStat.  
Média das variações dos logaritmos naturais dos indicadores.

A questão, portanto, é saber em que medida as distinções de modelos impactam nos indicadores de desigualdade e pobreza. Esse é o ponto central do estudo, que é analisado empiricamente na próxima seção.

## 2 Desigualdade e pobreza na América Latina: liberalização e modelos de desenvolvimento econômico

A questão é: variações dos indicadores de desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI estão associadas aos modelos de desenvolvimento econômico, em geral, e ao índice de liberalização econômica dos países, em particular?

Visto que o marcador usado para modelo de desenvolvimento econômico é o índice de liberalização econômica (ILE), o argumento pode ser formulado da seguinte maneira: os resultados das políticas de redução da desigualdade e da pobreza dependem do ILE dos países da região. Considerando que o liberalismo implica menor ativismo do estado na função distributiva, é possível reformular o argumento acima: *ceteris paribus*, há diferenças significativas quanto ao desempenho dos países em relação à evolução dos indicadores de desigualdade e pobreza de forma que quanto menor o ILE melhor é o desempenho dos países.

Para testar essa hipótese, o painel de 17 países latino americanos foi dividido em três grupos segundo o índice de liberalização econômica (ILE): baixo, médio e alto. Dois foram os procedimentos estatísticos adotados. O primeiro consistiu na construção do histograma dos ILE (média no período 2007-14) e da identificação do posicionamento dos países do painel nesse histograma (5 classes ou grupos).<sup>9</sup> O segundo procedimento partiu da análise de *clusters* com 2 indicadores para cada um dos 17 países: o coeficiente médio do ILE em 2007-14 e a taxa média anual de variação do ILE (variação média anual do logaritmo natural do indicador) em 2007-14.

Os procedimentos mostram resultados semelhantes com três grupos ou *clusters* (baixo, médio e alto ILE). A única diferença é a do posicionamento do Panamá, que no procedimento do histograma é incluído no grupo de “ILE médio” e no procedimento de *clusters* é incluído no grupo de “ILE alto”. De fato, não há diferenças marcantes entre os

---

<sup>9</sup> Para a construção do histograma e dos *clusters* optou-se pelos dados da Heritage Foundation cuja base tem um número maior de países (181) do que a base de dados do Fraser Institute (159 países). De modo geral, os exercícios estatísticos com os dados dessas fontes mostram resultados similares.

resultados estatísticos obtidos com a classificação derivada do procedimento do histograma e com a análise de *clusters*. Portanto, para não gerar redundâncias na análise, optou-se pela apresentação dos resultados estatísticos obtidos com a classificação dos países informada pela análise de *cluster*. Os grupos segundo o ILE são: *Cluster 1* (ILE baixo), quatro países (Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, ou seja, o grupo ABEV); *Cluster 2* (ILE médio), cinco países (Brasil, Guatemala, Honduras, Paraguai e Rep. Dominicana), e *Cluster 3* (ILE alto), oito países (Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Peru e Uruguai).

Os países do grupo ABEV (baixo ILE) distinguem-se claramente dos outros países na medida em que em 2007-14 adotam modelos claramente antiliberais de desenvolvimento econômico. Os governos Kirchner (a partir de maio de 2003) na Argentina seguem uma variação do modelo nacional desenvolvimentista enquanto os governantes na Bolívia (Evo Morales, a partir de janeiro de 2006), Equador (Rafael Correa, a partir de janeiro de 2007) e Venezuela (Hugo Chávez, fevereiro de 1999-março 2013; Nicolás Maduro, a partir de março de 2013) comprometem-se com modelos antiliberais de orientação socialista.

Como contraponto, há o grupo de oito países com elevados ILE em 2007-14. Nesse grupo encontram-se os países pioneiros na adoção do modelo liberal de desenvolvimento econômico. O caso mais evidente é o do Chile, cuja ruptura com o modelo socialista data de 1973 quando houve o golpe de estado que depôs o governo socialista. Nesse grupo há ainda países com longa tradição de liberalização econômica como Uruguai, Costa Rica, El Salvador e Panamá.

Entretanto, nesse grupo há casos que merecem destaque. Em El Salvador a esquerda (Front de Liberação Nacional Farabundo Martí) ganhou as eleições presidenciais em junho de 2009 e junho de 2014. Talvez, em consequência dessa mudança política, o índice médio de liberalização econômica tenha caído de 76 em 2000-06 para 73 em 2007-14 (a média latino americana é 67 em ambos os períodos). Além do elevado índice de liberalização produtiva, comercial e financeira, a economia é totalmente dolarizada. A moeda oficial do país foi abolida em 2004 e, nesse ano, também foi assinado um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. As exportações de manufaturados dependem do sistema de *maquilas* (fragmentação do processo de produção) orientado para o

mercado norte-americano. Tanto as contas externas como o conjunto da economia do país dependem das remessas de emigrantes, principalmente aqueles residentes nos Estados Unidos. Portanto, El Salvador tem uma economia muito aberta e altamente dependente dos Estados Unidos.

Outro destaque é o Uruguai já que a Frente Ampla (coalizão de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda) vence as eleições presidenciais e Tabaré Vázquez toma posse em março de 2005 e é sucedido por José Mujica em 2015.<sup>10</sup> Entretanto, o ILE médio desse país (acima da média regional) tem pequeno aumento: 2000-06 = 71 e 2007-14 = 72. Na ausência de mudanças estruturais e com elevado ILE, o Uruguai tem uma economia primário-exportadora (carne bovina, soja, lã, madeira etc.), muito aberta e dolarizada.

Também, como destaque, há o caso do México que, após a crise da dívida externa em 1982 e com a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1994, adota um modelo liberal de desenvolvimento econômico fortemente dependente dos Estados Unidos.

O grupo intermediário é composto de cinco países (Brasil, Guatemala, Honduras, Paraguai e República Dominicana) que são muito heterogêneos em termos de estrutura econômica, experiências de liberalização econômica e processos políticos recentes. Para ilustrar, Brasil e Honduras experimentam quedas do ILE em 2007-14 enquanto os outros três países revelam aumento do ILE nesse mesmo período. E mais, o Brasil tem uma ruptura importante do modelo de desenvolvimento a partir de 1995 que causa incremento expressivo do ILE até 2005 (1995 = 52; 2005 = 62). Nesse mesmo período o Paraguai experimenta queda expressiva do ILE (1995 = 66; 2005 = 53).<sup>11</sup> O denominador comum desse grupo é o ILE médio (59) e estável no período 2000-14 próximo das médias regional (62) e mundial (61).

---

<sup>10</sup>Tabaré Vázquez inicia novo mandato presidencial em março de 2015.

<sup>11</sup>Vale relembrar, os dados são da Heritage Foundation. Dados do Fraser Institute mostram os seguintes indicadores: Brasil, 1995 = 47 e 2005 = 63; Paraguai, 1995 = 70; 2005 = 65. Ou seja, um movimento mais forte de liberalização no Brasil e menor queda no caso do Paraguai.



A Tabela 1 mostra os as médias dos ILE segundo os *clusters* ou grupos de países em 2000-06 e 2007-14, bem como os resultados dos testes de Análise de Variância (Anova). Essa tabela apresenta ainda o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio dos três *clusters* de países. O IDH é um índice-síntese que abarca indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida e escolaridade.<sup>12</sup> Esse índice é útil já que serve para informar diferenciais de desenvolvimento econômico e social de diferentes países.

**Tabela 1**  
**América Latina – Liberalização econômica e desenvolvimento social: 2000-14**

Liberalização econômica	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14
	Média anual (índice)		Variação média anual (%)		Média anual (índice)		Variação média anual (%)	
	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14
	Liberalização econômica				Desenvolvimento social			
Baixa	57,3	47,8	-2,8	-2,2	69,4	73,5	0,7	0,7
Média	59,3	59,2	-0,8	0,4	62,8	66,5	0,7	0,8
Alta	67,9	68,2	-0,6	0,5	71,0	74,6	0,7	0,6
<i>p</i> -valor								
Anova	0,001*	0,000*	0,011*	0,000*	0,053**	0,056**	0,825	0,168
Kruskal-Wallis	0,003*	0,001*	0,024*	0,013*	0,092**	0,091**	0,853	0,313

Fontes e notas: Liberalização econômica: o indicador é o *Index of Economic Freedom* (Heritage Foundation) que varia de 0 a 100. Variação média anual é a média da variação anual do logaritmo natural do indicador (em %). Desenvolvimento social: o indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelas Nações Unidas (UNDP) com indicadores de expectativa de vida, escolaridade e renda *per capita*. O IDH original (varia de 0 a 1) é multiplicado por 100 para facilitar a leitura. Variação média anual é a média da variação anual do logaritmo natural do indicador (em %). Os grupos segundo o grau de liberalização são: baixa, 4 países (Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela); média, 5 países (Brasil, Guatemala, Honduras, Paraguai e Rep. Dominicana), e alta, 8 países (Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Peru e Uruguai). Esses grupos são identificados a partir da análise de *clusters* (variáveis: média dos índices de liberalização econômica e variação média anual desses índices em 2007-14). Diferenças estatisticamente significativas aos níveis 0,05 (\*) e 0,10 (\*\*).

Como mencionado, a formação de *clusters* baseou-se nos índices de liberalização econômica e na variação desses índices em 2007-14. Portanto, é evidente que há diferenças marcantes (estatisticamente significativas) entre os ILE médios de cada grupo. Os grupos de baixa, média e alta liberalização econômica têm ILE médio de 57,3, 59,3 e 67,9, respectivamente. O teste Anova captura as diferenças entre grupos e dentro dos grupos. O resultado esperado é claro: rejeição da hipótese nula (médias iguais). O seja, as diferenças de médias dos ILE são estatisticamente significativas e, portanto, as amostras

<sup>12</sup> Ver <http://hdr.undp.org>.

são de populações diferentes. O teste não paramétrico de Kruskal-Wallis informa o mesmo resultado.

Entretanto, o resultado efetivamente relevante em termos analíticos é a existência de diferenças, também estatisticamente significativas, das taxas médias anuais de variação dos ILE. Esse resultado é, em certa medida, esperado já que essas taxas médias de variação também foram usadas na formação dos *clusters*. Em 2000-06 constatam-se taxas médias negativas de variação dos ILE em todos os grupos. Todos os países retrocedem no processo de liberalização econômica, com exceção do México, Chile e Honduras. A maior taxa de redução (-2,8%) é no grupo de países com baixo ILE (ABEV). Essa redução ocorre nos quatro países desse grupo e, principalmente, na Argentina e na Venezuela, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2**  
**América Latina – Índice de Liberalização Econômica (ILE) segundo o país: 2000-06 e 2007-14**

Grupo	País	Índice de Liberalização Econômica (ILE) - média		Variação média anual (%)	
		2000-06	2007-14	2000-06	2007-14
B	Venezuela	51,1	39,7	-3,3	-2,6
B	Argentina	59,9	50,3	-4,0	-2,3
B	Equador	54,9	50,3	-2,0	-1,6
B	Bolívia	63,3	50,9	-1,8	-2,2
M	Brasil	61,8	56,7	-0,1	-0,8
M	Honduras	57,4	58,5	0,2	-0,1
M	Rep. Dominicana	57,2	59,4	-0,4	1,1
M	Guatemala	61,7	60,6	-1,6	0,4
M	Paraguai	58,3	61,0	-1,9	1,4
A	Panamá	67,8	64,4	-1,4	-0,4
A	Colômbia	62,6	65,8	-1,1	2,0
A	Costa Rica	67,0	66,2	-0,3	0,2
A	Peru	64,9	66,5	-1,9	1,4
A	México	63,4	66,7	1,4	0,4
A	El Salvador	72,3	68,4	-1,1	-0,6
A	Uruguai	68,2	69,3	-0,7	0,7
A	Chile	76,6	78,2	0,7	0,1
	Média	63,6	60,8	-1,1	-0,2
	Mediana	63,0	61,0	-1,1	0,1

Fontes e notas: Ver Tabela 1. O Índice de Liberalização Econômica (ILE) é o *Index of Economic Freedom* (Heritage Foundation). Variação média anual é a média da variação anual do logaritmo natural do ILE (em %). Países ordenados em ordem crescente segundo o ILE em 2007-14.

Em 2007-14, há um quadro distinto já que cerca da metade dos países continua com o processo de redução da liberalização econômica enquanto a outra metade interrompe ou reverte esse processo. Os destaques no processo de aumento do ILE são Colômbia, Peru e Paraguai. Nesse ponto cabe destacar o Uruguai que, mesmo com a ascensão ao poder da Frente Ampla (coalizão de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda) em março de 2005, há aumento do ILE em 2007-14.

Por outro lado, todos os países no grupo ABEV (baixo ILE) continuam com os processos antiliberalizantes e, mais uma vez, Argentina e Venezuela lideram esse processo. Portanto, no início do século XXI na América Latina há países (Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia) que, evidentemente, adotaram modelos antiliberais de desenvolvimento econômico. O grupo ABEV se distingue claramente quanto aos modelos de desenvolvimento econômico marcadamente antiliberais

Na América Latina, cabe notar que se, de um lado, há diferenças marcantes de modelos de desenvolvimento econômico (informadas pelos níveis e velocidade do ILE), de outro, não há diferenças notáveis de desenvolvimento humano (níveis e velocidade do IDH) entre os grupos. Em 2007-14 os IDH médios de cada grupo são: baixa = 73,5; média = 66,5; e alta = 74,6. Vale destacar que há grande variação do IDH dentro de cada grupo, por exemplo (médias em 2007-14): Argentina = 81 e Bolívia = 65; Brasil = 73 e Guatemala = 61; e Chile = 83 e El Salvador = 67. Ademais, não há qualquer correlação significativa entre o ILE e o IDH.<sup>13</sup> Ao longo dos períodos em análise as taxas médias de variação dos IDH são praticamente idênticas (em torno de 0,7% a.a.) para os distintos *clusters*. Entretanto, como vemos mais adiante há mudanças importantes no *rank* internacional de alguns países latino americanos.

Passemos, agora, à análise empírica das diferenças dos indicadores de desigualdade e pobreza entre os diferentes *clusters* de países latino americanos segundo o modelo de desenvolvimento econômico. Ou seja, passemos ao teste da hipótese central desse estudo.

---

<sup>13</sup> A equação de regressão linear é:  $IDH = 63,0 + 0,146 ILE$ .  $R^2 = 0,045$ . Estatística  $p$  para coeficiente angular = 0,409.

A Tabela 3 apresenta os resultados dos testes da análise de variância. No caso da desigualdade, como mencionado, há dois indicadores: o índice Gini e a razão entre a renda *per capita* do domicílio quintil 5 e a renda *per capita* do domicílio quintil 1. O índice de Gini varia de 0 a 100 e a razão entre quintis é expressa em porcentagem. A tabela mostra que há diferenças significativas entre os indicadores médios de desigualdade dos distintos *clusters* em 2000-06 e 2007-14. Para ilustrar, em 2007-14, os índices médios de Gini para os *clusters* são: baixa = 46,8, média = 55,6 e alta = 49,3; e as razões entre quintis são: baixa = 14,9%, média = 23,1%, alta = 14,9% .

**Tabela 3**  
**América Latina – Desigualdade e pobreza segundo a liberalização econômica: 2000-14**

Liberalização econômica	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14	2000-06	2007-14
	Média anual (índice)		Variação média anual (%)		Média anual (%)		Variação média anual (%)	
	Índice de Gini				Razão da renda <i>per capita</i> do domicílio quintil 5 / quintil 1 (%)			
Baixa	54,1	46,8	-0,9	-1,8	23,2	14,9	-3,8	-5,6
Média	57,7	55,6	0,5	-0,9	26,1	23,1	2,0	-3,5
Alta	51,8	49,3	-0,7	-0,8	17,9	14,9	-2,7	-2,3
<i>p</i> -valor								
Anova	0,044*	0,008*	0,065**	0,109	0,078**	0,007*	0,120	0,051**
Kruskal-Wallis	0,036*	0,010*	0,147	0,099**	0,080**	0,017*	0,490	0,053**
<i>p</i> -valor								
População com renda inferior a 60% da mediana da renda <i>per capita</i> (%)				População em situação de pobreza (%)				
Baixa	29,3	27,1	-0,5	-1,2	47,4	29,3	-3,3	-10,2
Média	30,3	30,5	1,4	-0,6	55,9	49,4	-1,4	-2,4
Alta	28,4	26,9	-0,2	-1,1	34,1	26,7	-1,4	-5,3
<i>p</i> -valor								
Anova	0,223	0,040*	0,156	0,663	0,043*	0,049*	0,696	0,361
Kruskal-Wallis	0,219	0,102	0,420	0,344	0,067**	0,080**	0,896	0,596

Fontes e notas: Ver Tabela 1. A fonte é a Base de Dados e Publicações Estatísticas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPALSTAT). Variação média anual é a média da variação anual do logaritmo natural do indicador (em %). Todos os índices são médias nacionais (setor urbano e setor rural), exceto Argentina e Uruguai cujos dados referem-se ao setor urbano. Diferenças estatisticamente significativas aos níveis 0,05 (\*) e 0,10 (\*\*).

O fato que mais se destaca é que os países que estão na posição intermediária quanto aos ILE têm, na média, indicadores de desigualdade mais elevados. De fato, os três países com mais elevados índices de Gini estão nesse grupo: Brasil, Guatemala e Honduras cujos índices médios em 2007-14 são 56,9, 56,7 e 56,7, respectivamente. Esse mesmo resultado é informado pela razão entre quintis: Honduras = 28,3%, República Dominicana = 23,7%

e Brasil = 23,0%. Ou seja, países com ILE médios têm, de modo geral, os mais elevados níveis de desigualdade.

Os dados de taxas médias de variação dos indicadores de desigualdade informam variações negativas dos indicadores para os grupos de baixa e alta liberalização em ambos os períodos. No grupo de liberalização média, a queda da desigualdade somente é observada em 2007-14. Os dados mostram claramente que, para os dois indicadores nos dois períodos, o grupo de países caracterizados por modelos antiliberais sustenta as maiores quedas dos indicadores de desigualdade.

Entretanto, o resultado mais importante é que não se identificam diferenças marcantes entre os diferentes grupos em relação à variação de ambos os indicadores de desigualdade tanto em 2000-06 como em 2007-14. Portanto, a hipótese nula (ausência de diferenças) não pode ser rejeitada. A hipótese central desse estudo não pode ser rejeitada já que as variações da desigualdade na América Latina no século XXI não estão associadas aos modelos de desenvolvimento econômico informados pelo grau de liberalização.

Passemos, agora, a discussão da evolução da pobreza. Como mencionado, os indicadores usados são o percentual da população com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita* e o percentual da população em situação de pobreza (abaixo da linha de pobreza definida pela CEPAL). Os indicadores sobre pobreza na Tabela 3 evidenciam situação similar àquela observada no caso da evolução da desigualdade. Há diferenças estatisticamente significativas nos indicadores médios de pobreza segundo os distintos grupos de países classificados segundo o ILE. O resultado de destaque é que o grupo de países na posição intermediária têm níveis médios mais elevados. De modo geral, os países desse grupo têm níveis de pobreza acima das médias e das medianas regionais. A pobreza é particularmente elevada nos casos de Honduras, Guatemala, República Dominicana. Brasil e Paraguai também têm níveis elevados pelos padrões regionais. Nesse grupo de cinco países o percentual médio da população com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita* mantém-se relativamente estável entre 2000-06 e 2007-14.

Em ambos o períodos a queda (taxa médias de variação) da pobreza dos indicadores médios é observada em todos os grupos; no entanto, são maiores no grupo de países com

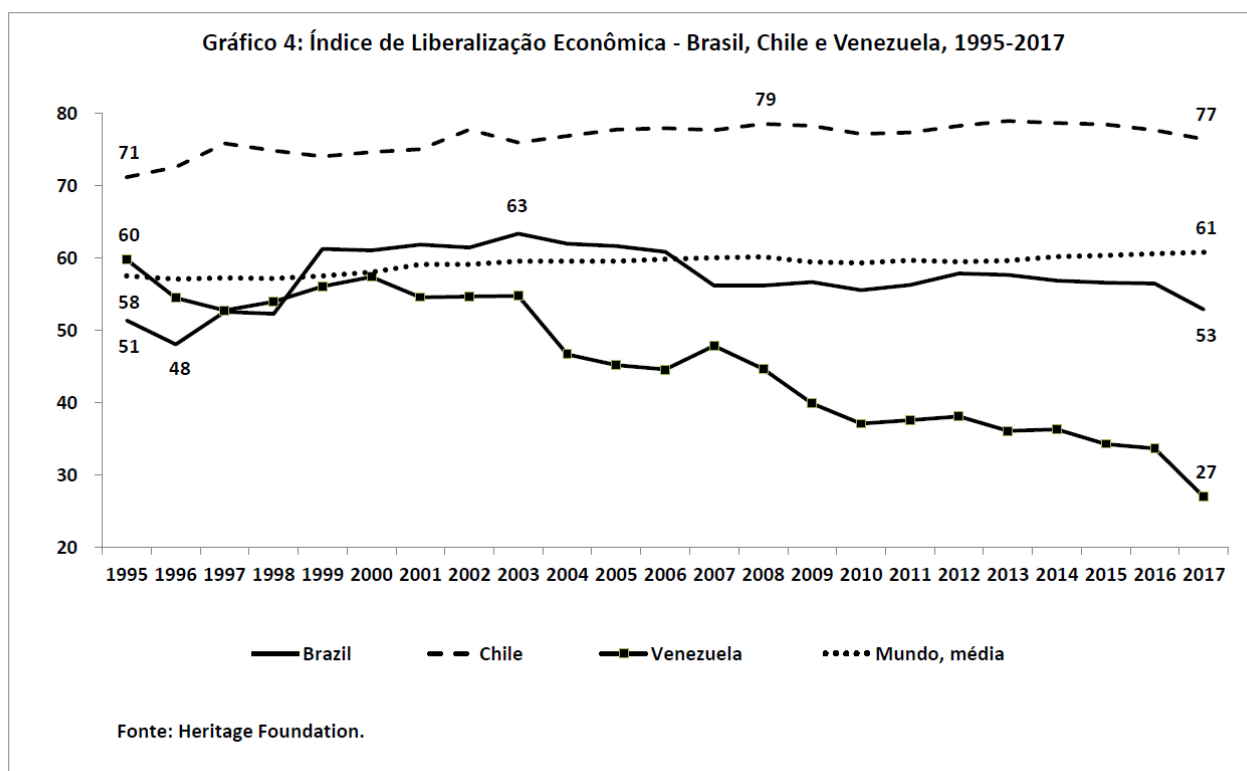
modelos antiliberais e menores no grupo com ILE médio. Esse último grupo é, precisamente, aquele que apresenta os indicadores médios de pobreza (e desigualdade) mais elevados do painel. Entretanto, a evidência é conclusiva no sentido de que não há diferenças estatisticamente significativas entre as taxas médias de variação dos indicadores de pobreza em ambos os períodos. Portanto, da mesma forma que na evolução dos indicadores de desigualdade, a hipótese nula (ausência de diferenças) não pode ser rejeitada. A hipótese central desse estudo não deve ser rejeitada já que as variações dos indicadores de pobreza não estão associadas aos modelos de desenvolvimento (liberalização econômica).

### **3 Modelos de desenvolvimento econômico: Chile, Brasil e Venezuela**

Essa seção foca na análise de três países: Chile, Brasil e Venezuela. Esses países se destacam pelas suas diferenças marcantes quanto aos modelos de desenvolvimento, em geral, e ao ILE, em particular. O contraste de modelos é evidenciado no Gráfico 4 que mostra a evolução do ILE do Brasil, Chile e Venezuela em 1995-2017. As diferenças são marcantes, bem como as tendências. Em 2017, por exemplo, os ILE são: Venezuela = 27, Brasil = 53, e Chile = 77. A média e a mediana regionais e mundiais do ILE são de aproximadamente 60.

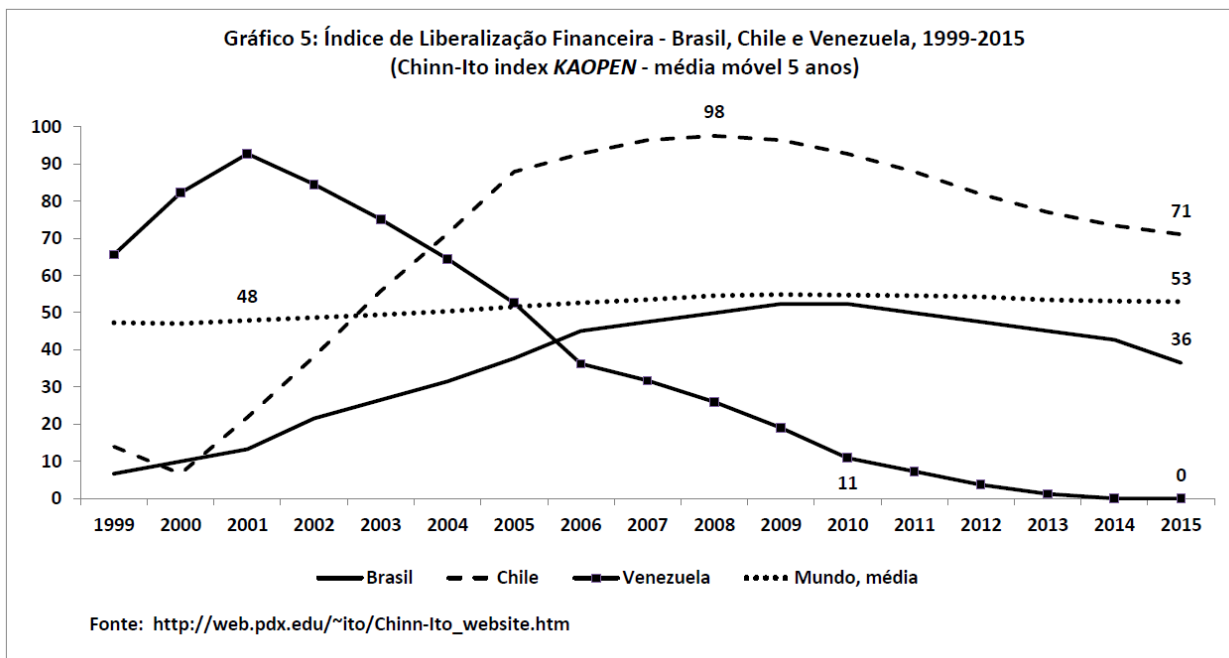
Outro fato relevante é a significativa diferença de tendências. O ILE do Brasil sobe no final do século XX com a mudança de modelo realizada, principalmente, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a partir de 1998. Inaugura-se o que pode denominar Modelo Liberal Periférico (Filgueiras e Gonçalves, 2007). O ILE salta de 48 em 1996 para 63 em 2003 e tem uma queda a partir de 2007 (final do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva), mantendo-se abaixo da média mundial.

O Chile, por seu turno, entra no século XXI com uma das economias mais abertas do mundo. O ILE é relativamente estável e superior a 70— o que caracteriza um modelo ultraliberal de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a Venezuela é um contraste evidente. Na virada do século, a economia venezuelana tem um ILE próximo da média mundial. Entretanto, a chegada de Hugo Chávez ao poderem 1999 representa mudança na direção de um modelo antiliberal com marcante tendência de queda do ILE. Portanto, os três casos examinados mostram graus e tendências de liberalização econômica que indicam modelos distintos de desenvolvimento econômico: Chile, modelo liberal; Venezuela, modelo antiliberal; e Brasil, modelo híbrido (modelo liberal periférico).



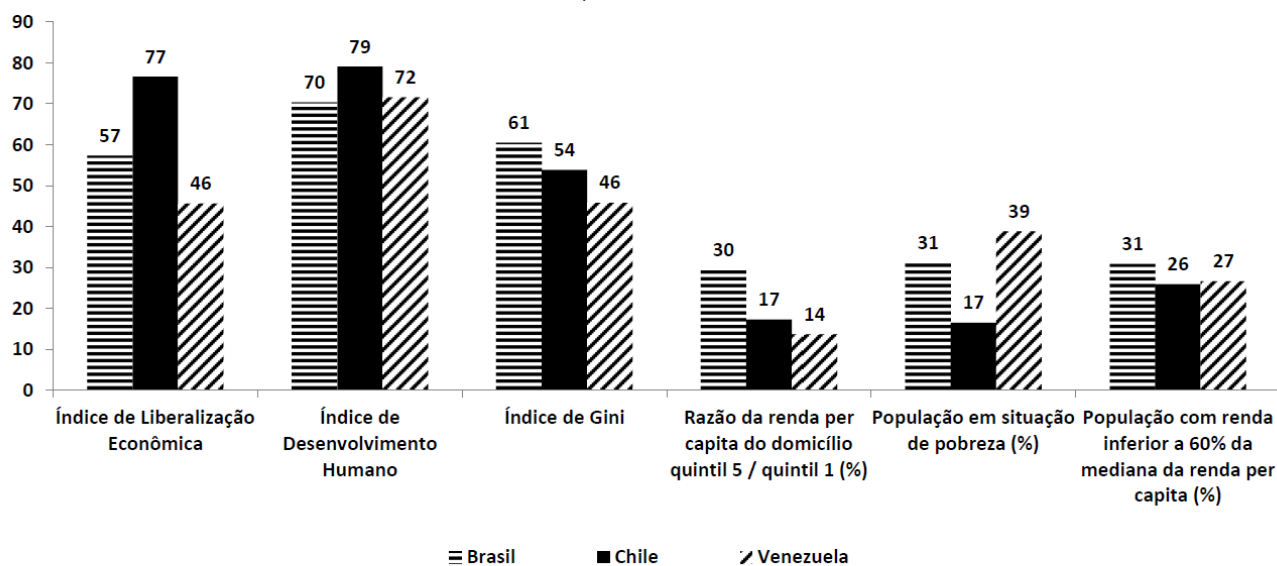
Essas diferenças de modelos econômicos são também evidenciadas no Gráfico 5 que apresenta o Índice de Liberalização Financeira (Índice Kaopen) para os três países em 1999-2015. O caso da Venezuela é extraordinário já que nesse país a liberalização financeira começa a cair no início do século e chega a zero em 2014-15. Cabe destacar que no início do século XXI o índice venezuelano era praticamente o dobro da média mundial enquanto os índices chilenos e brasileiros eram muito menores que essa média. Entretanto, no Brasil e, principalmente, Chile há evidentes tendências de forte elevação da liberalização financeira na primeira década do século XXI e queda a partir de 2009-10 (pós-eclosão da crise financeira global). Portanto, a situação é completamente revertida ao longo do século XXI com, de um lado, o modelo antiliberal introduzido no primeiro governo Chávez e, de outro, o modelo liberal periférico no Brasil e o modelo ultraliberal no Chile. Curiosamente, é durante o governo socialista de Ricardo Lagos (2000-06) que o Índice Kaopen dá um salto extraordinário. No caso brasileiro, a liberalização financeira começa no segundo governo Fernando Henrique Cardoso e continua nos governos Lula (2003-10). A partir de 2010, sob o forte impacto da crise financeira global, observam-se quedas dos índices de liberalização financeira nos três países.





Na perspectiva de longo prazo pode-se afirmar, portanto, que os três países se diferenciam significativamente quanto à liberalização econômica (inclusive, financeira) que é um marcador importante do modelo de desenvolvimento econômico. O Gráfico 6 mostra os índices médios em 1995-2014. O contraste entre Chile (ILE = 77) e Venezuela (ILE = 46) é muito forte, enquanto o Brasil encontra-se próximo da média mundial (Brasil = 57; média mundial = 60). Para uma primeira aproximação da relação entre liberalização econômica e desenvolvimento econômico e social, o Gráfico 6 também apresenta a média do IDH dos países em análise. O destaque é o IDH mais elevado do Chile (77) enquanto os índices médios de Brasil (70) e Venezuela (72) não parecem ser muito diferentes.

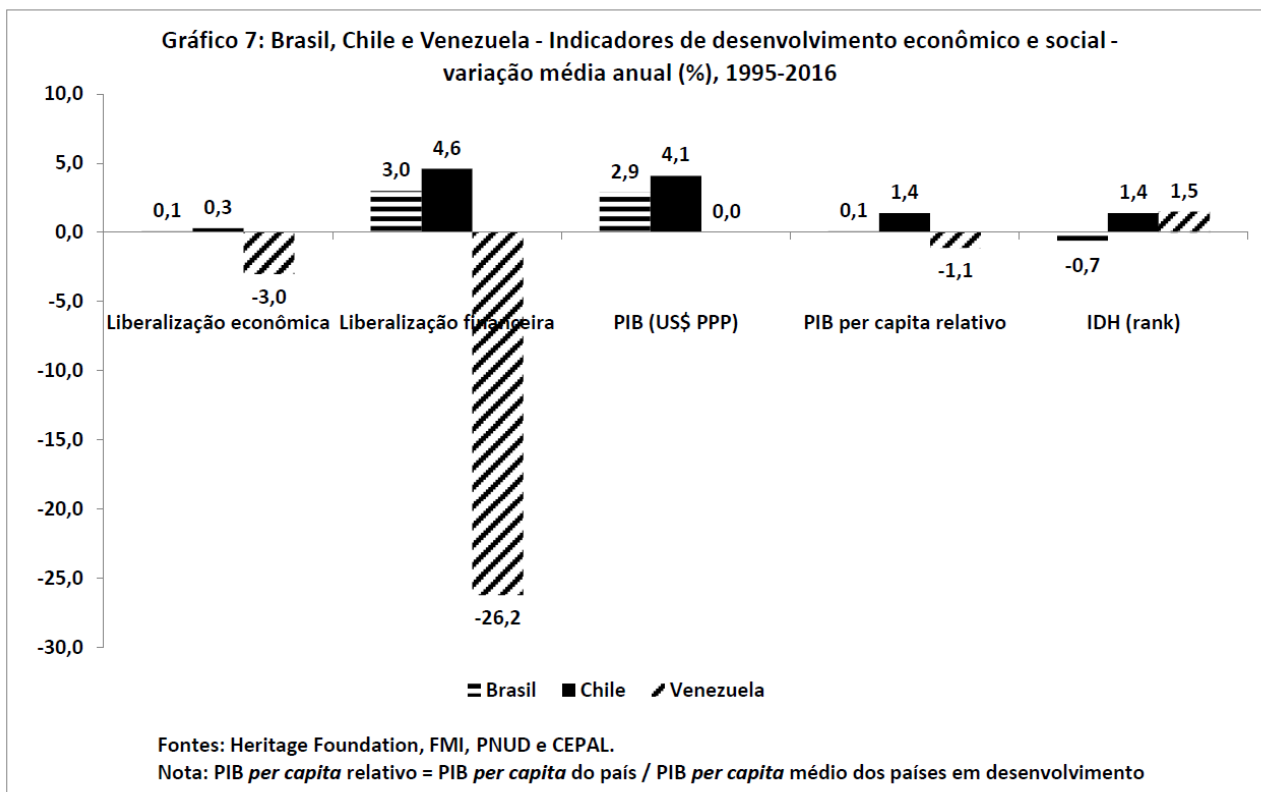
Gráfico 6: Chile, Brasil e Venezuela - indicadores de liberalização econômica e desenvolvimento social, média 1995-2014



Fontes: Heritage Foundation, PNUD e CEPAL.

No que se refere aos indicadores de desigualdade e pobreza, a evidência do Gráfico 6 mostra que Venezuela apresenta os menores indicadores médios de desigualdade (Gini e razão da renda *per capita* do domicílio quintil 5 / quintil 1) e o Chile tem os menores indicadores de pobreza (percentual da população em situação de pobreza e percentual da população com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita*). O Brasil, por seu turno, destaca-se pelos mais elevados indicadores médios de desigualdade e pobreza em 1995-2014.

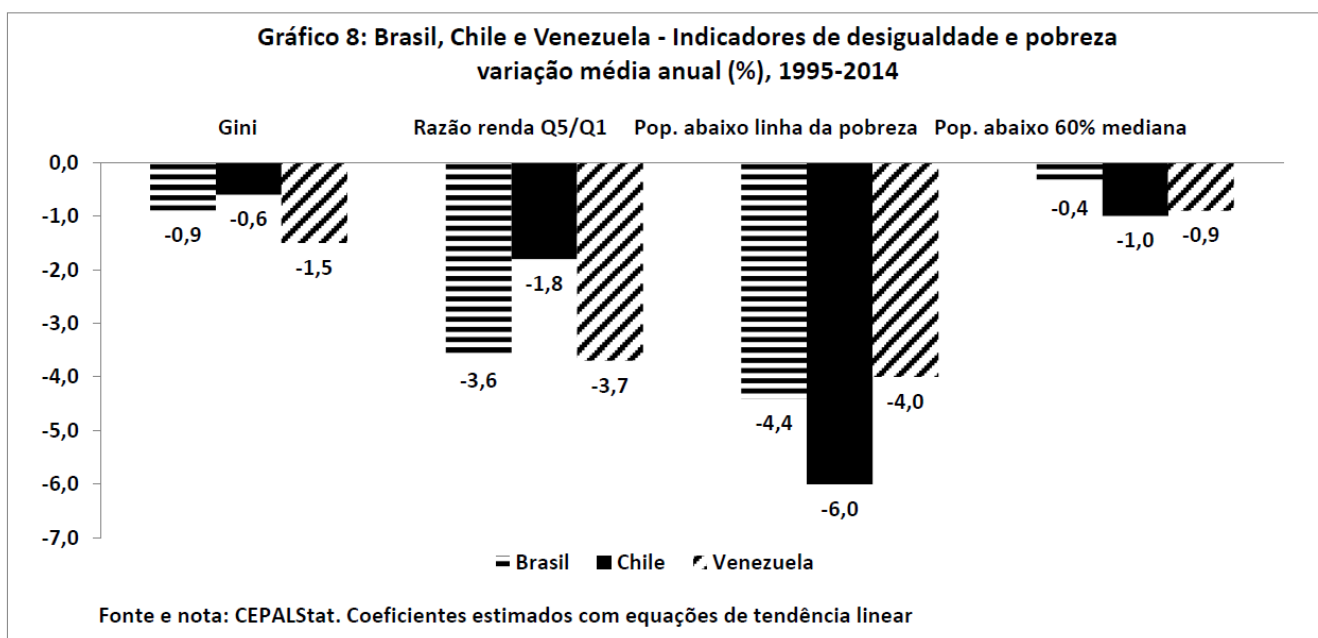
O Gráfico 7 apresenta a variação média anual (percentual) de alguns importantes indicadores em 1995-2016 que esclarecem diferenças marcantes quanto aos modelos de desenvolvimento e as trajetórias nos países em análise. O primeiro contraste está na própria variação média anual do ILE da Venezuela (-3,0%) comparativamente ao Chile (0,3%) e Brasil (0,1%). Ou seja, queda extraordinária da liberalização econômica, com a mudança de modelo de desenvolvimento, na Venezuela a partir de 1999 e avanço da liberalização econômica no Chile e no Brasil, com a consolidação e o avanço de modelos econômicos liberais. Nesse mesmo sentido, as diferenças das taxas de variação média anual do indicador de liberalização financeira são ainda mais significativas: Venezuela = -26,2%, Chile = 4,6% e Brasil = 3,0%.



Indicadores de desenvolvimento econômico e social também são apresentados no Gráfico 7. Os contrastes se repetem no que se refere ao crescimento médio anual do PIB: Chile = 4,1%, Brasil = 2,9% e Venezuela = 0%. O indicador de PIB *per capita* relativo é a razão entre o PIB *per capita* do país e o PIB *per capita* médio dos países em desenvolvimento (painel de 153 países): Chile = 1,4%, Brasil = 0,1% e Venezuela = -1,1%. Ou seja, avanço do Chile, relativa estabilidade do Brasil e retrocesso da Venezuela.

Por outro lado, quando se considerada a posição no *rank* mundial do IDH, os resultados são muito diferentes: Venezuela = 1,5%, Chile = 1,4% e Brasil = -0,7%. O IDH considera, além do PIB *per capita*, os indicadores de expectativa de vida e escolaridade. Ou seja, o fraco desempenho econômico (PIB) da Venezuela é compensado pela melhora relativa dos indicadores sociais. Vale destacar o caso do Brasil que tem forte retrocesso já que, em um painel de 168 países, perde dez posições no *rank* internacional entre 1995 (*rank* = 65) e 2015 (*rank*= 75). Portanto, Venezuela e Chile têm ganhos relativos enquanto o Brasil sofre significativo retrocesso. A razão desses contrastes decorre da evolução diferenciada dos indicadores sociais.

O Gráfico 8 mostra a variação média anual (%) dos indicadores de desigualdade e pobreza. O fato que chama a atenção é que desigualdade e pobreza foram reduzidas nos três países. Esse gráfico evidencia também o melhor desempenho da Venezuela em relação à redução da desigualdade e o melhor desempenho do Chile quanto a redução da pobreza. Para ilustrar, a razão renda Q5 / Q1 da Venezuela cai à taxa média anual de 3,7% e a proporção da população abaixo da linha da pobreza no Chile reduz-se à taxa média anual de 6,0%. De fato, no que diz respeito à desigualdade, o Chile é, sem dúvida alguma, o país com o pior desempenho. O desempenho do Brasil situa-se na posição intermediária tanto na redução da desigualdade como na redução da pobreza.



Esses casos ilustram o argumento que – independentemente do ILE ou da orientação político-ideológica dos governantes – as quedas de indicadores de desigualdade e pobreza podem ocorrer mesmo na ausência de mudanças estruturais na produção, acumulação e distribuição.

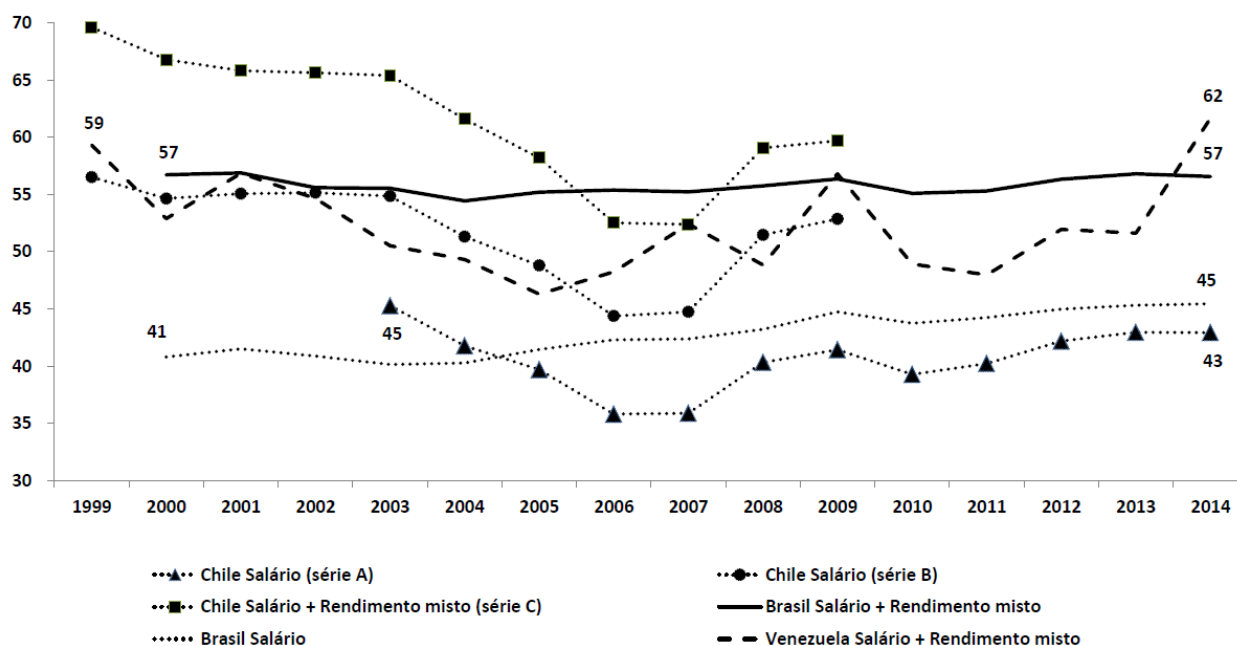
Passemos, agora, ao tema das mudanças estruturais na distribuição e na produção. O Gráfico 9 mostra indicadores de distribuição funcional ou primária da renda que confronta, de um lado, os rendimentos do trabalho e, de outro, do capital. No Chile, as séries B e C cobrem o período 1999-2009. A série B é a participação dos salários na renda total (salário + rendimento misto + excedente operacional bruto) e a série C é a

participação dos salários mais os rendimentos mistos nas rendas totais. Ambas mostram, claramente, tendência de queda em 1999-2006 (2007) e melhora em 2008-09. Entretanto, as participações em 2009 estão abaixo das participações correspondentes em 1999. A série A, por seu turno, expressa a participação do salário na renda total em 2003-14. Ela confirma a queda em 2003-06 e aponta elevação em 2007-14. Ou seja, no governo do de Ricardo Lagos (março de 2000 – março de 2006, Partido Socialista) os salários têm perda relativa enquanto nos governos Michelle Bachelet (março de 2006 – março de 2010, Partido Socialista) e Sebastián Piñera (março de 2010 - março de 2014, Renovação Nacional) os salários têm ganhos relativos. As séries A, B e C parecem fortemente cointegradas, portanto, no período 1999-2014 é muito provável que, na perspectiva dos trabalhadores, as quedas observadas em 1999-2006 não tenham sido compensadas pelos ganhos em 2007-14. É possível levantar a hipótese de perda relativa a partir da projeção da série C (salário + rendimento misto / renda total) para 2010-14 a partir da série A (salário / renda total). O resultado é a queda da proporção salário + rendimento misto / renda total de 70% em 1999 para 63% em 2014.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> A equação usada para projeção é  $Y = 0,921 + 1,438X$ ,  $R^2 = 0,986$ .  $Y$  é a participação do salário + rendimento misto na renda total e  $X$  é participação do salário na renda total.

Gráfico 9: Distribuição funcional da renda (% da renda total) - Chile, Brasil e Venezuela, 1999-2014



Fontes: Banco Central do Chile, IBGE e Banco Central da Venezuela.

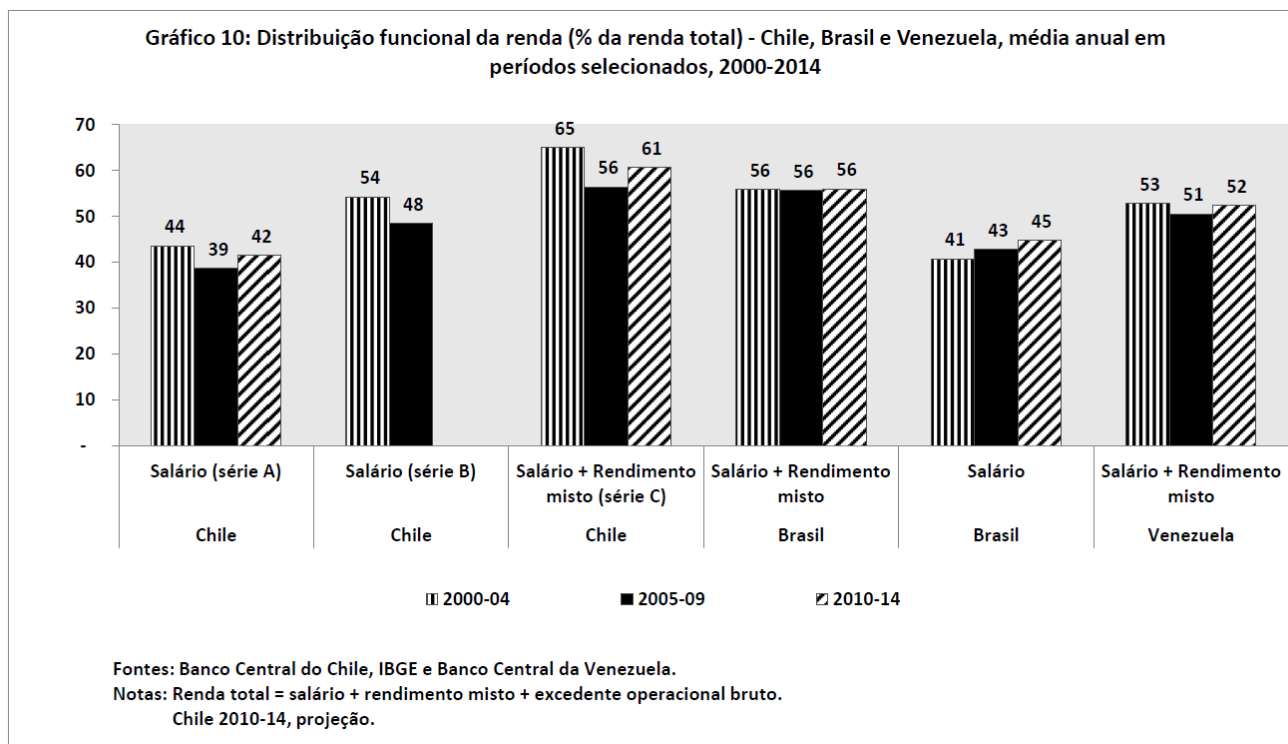
Nota: Renda total = salário + rendimento misto + excedente operacional bruto

Na Venezuela a proporção salário + rendimento misto / renda total tem flutuações importantes que refletem a própria instabilidade da economia venezuelana, porém, não há qualquer tendência significativa ou evidente. Ou seja, os extraordinários resultados obtidos na redução da desigualdade e da pobreza não têm contrapartida em mudanças na distribuição funcional da renda que expressa, em boa medida, mudanças na estrutura de produção e na distribuição de riqueza.

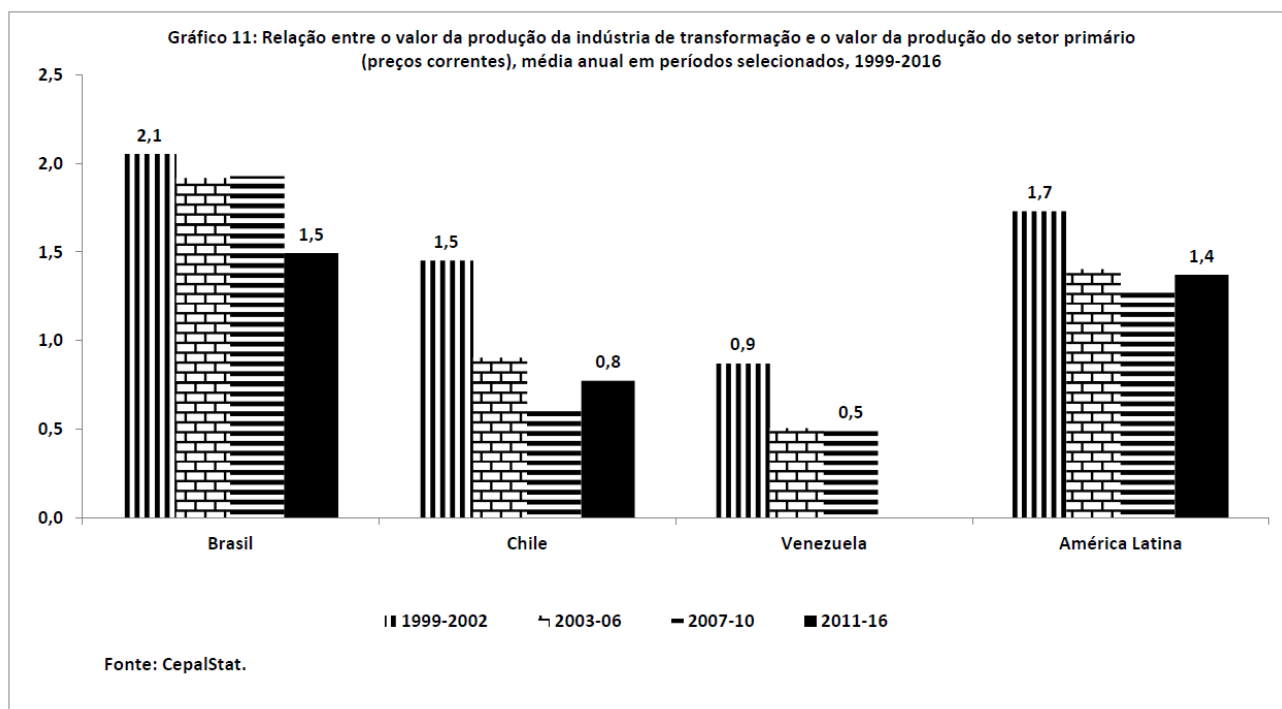
No Brasil observa-se a tendência de aumento gradual da participação do salário na renda total de 41% em 2000 para 43% em 2008 e 45% em 2014. Entretanto, a relação entre salário + rendimento misto e renda total mantém-se relativamente estável em 2000-14 (aproximadamente 57%).

As evoluções da distribuição funcional da renda nos três países em análise ficam mais claras no Gráfico 10 que mostra as médias anuais das proporções em 2000-04, 2005-09 e 2010-14. No caso do Chile a evidência é de piora da já elevada concentração da renda que favorece o capital. Para ilustrar, a relação entre salário + rendimento misto e renda total cai de 65% em 2000-04 para 61% em 2010-14. Essa mesma relação mantém-se

relativamente estável nos casos da Venezuela (52%) e do Brasil (56%). Portanto, no Brasil e na Venezuela constata-se a estabilidade na distribuição funcional. Esse fenômeno decorre, em grande medida, de ausências de mudanças nas estruturas de produção e distribuição da riqueza que afetam a distribuição de renda de forma mais permanente.



Nesse texto não cabe fazer a discussão sobre ausência de mudanças na estrutura da produção na América Latina no início do século XXI. A característica marcante destacada na literatura tem sido o processo de reprimarização da produção que implica desindustrialização e especialização regressiva. O primeiro significa queda da participação relativa da indústria na geração de renda e o segundo a crescente participação do setor primário na receita das exportações (Katz, 2015). O Gráfico 11 mostra a média da relação entre o valor da produção da indústria de transformação e o valor da produção do setor primário (preços correntes) em períodos selecionados (1999-2002, 2003-06, 2007-10 e 2011-16).



A evidência é conclusiva tanto para o conjunto das economias da América Latina como para cada um dos três países em análise. Para ilustrar as médias dessa relação nos períodos 1999-2002 e 2011-16 são: Brasil = 2,1 e 1,5, Chile = 1,5 e 0,8 e Venezuela = 0,9 e 0,5, respectivamente. Ou seja, tanto economias com um setor industrial mais expressivo (Brasil) como economias com um setor industrial mais fraco (Venezuela) experimentam o processo de reprimarização da produção. Trata-se, de fato, de uma significativa mudança estrutural. Essa mudança está associada ao deslocamento de renda para o setor primário que se caracteriza, de modo geral, por maior concentração de riqueza e renda (agronegócio, pecuária e mineração).<sup>15</sup>

Portanto, no século XXI na América Latina, além de ausência de transformações estruturais na produção que causam mudanças nas estruturas de riqueza e renda promotoras da maior equidade, o que se observa é exatamente o oposto: mudanças nas

<sup>15</sup> O setor primário inclui agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e mineração.



estruturas de produção que tendem a aumentar a desigualdade na estrutura de riqueza e renda.

## 4 Conclusão

Esse texto discute a hipótese central que as variações de indicadores (de baixa potência) da desigualdade e da pobreza na América Latina no século XXI não estão associadas aos modelos de desenvolvimento econômico, em geral, e ao grau ou índice de liberalização econômica (ILE) dos países, em particular.

### 4.1 Resumo: evidência empírica

1. Nenhum avanço em termos de indicadores desigualdade e, talvez, avanço incipiente no que se refere à redução da pobreza entre o final da década perdida (anos 1980 – 1990-95) e meados da primeira década do século XXI (2001-05);
2. ainda que na primeira metade dos anos 2000 já se constate a melhora dos indicadores de desigualdade e pobreza, a inflexão relevante mais evidente ocorre na segunda metade da primeira década do século XXI;
3. em 2007-14, cerca da metade dos países da América Latina continua com o processo de avanço da liberalização econômica enquanto a outra metade interrompe ou reverte esse processo;
4. a evolução dos indicadores de liberalização econômica são conclusivos e o grupo ABEV (Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela) se destaca já que adotaram modelos antiliberais de desenvolvimento econômico;
5. nos dois períodos em análise (2000-06 e 2007-14), o grupo com maiores taxas médias de redução da desigualdade é o grupo ABEV, caracterizado por modelos antiliberais;
6. entretanto, não se identificam diferenças estatisticamente significativas entre os indicadores médios de desigualdade dos diferentes grupos (baixa, média e alta liberalização econômica);

7. nos termos da hipótese central, as variações da desigualdade na América Latina no século XXI não estão associadas aos modelos de desenvolvimento informados pelo ILE;

8. em ambos os períodos as quedas das taxas médias de variação dos indicadores de pobreza são maiores no grupo de países com modelos antiliberais e menores no grupo com nível médio de liberalização;

9. entretanto, a evidência é conclusiva no sentido de que não há diferenças estatisticamente significativas entre as taxas médias de variação dos indicadores de pobreza em ambos os períodos para os três distintos grupos; e,

10. portanto, da mesma forma que na evolução dos indicadores de desigualdade, a hipótese nula de ausência de diferenças não pode ser rejeitada, ou seja, as variações dos indicadores de pobreza não estão associadas aos modelos de desenvolvimento.

A América Latina é, nas duas primeiras décadas do século XXI, um laboratório de contrastes entre distintos modelos de desenvolvimento: modelos antiliberais, ultraliberais e híbridos. Os casos da Venezuela, Chile e Brasil ilustram essas distinções. Ou seja, Chile é exemplo evidente de modelo liberal ou ultraliberal, enquanto a Venezuela é exemplo inequívoco de modelo antiliberal. O Brasil pode ser visto como um caso intermediário (grau médio de liberalização econômica). A comparação desses três casos apontam as seguintes evidências empíricas:

11. em 1995-2016 a variação média anual dos ILE são: Venezuela (-3,0%), Chile (0,3%) e Brasil (0,1%);

12. as taxas de variação média anual do índice de liberalização financeira são: Venezuela (-26,2%), Chile (4,6%) e Brasil (3,0%);

13. portanto, a partir de 1999 há queda extraordinária da liberalização econômica com a mudança de modelo de desenvolvimento na Venezuela e avanço da liberalização econômica no Chile e no Brasil;

14. as diferenças de indicadores econômicos também são marcantes como, por exemplo, a taxa média anual de variação do PIB: Chile (4,1%), Brasil (2,9%) e Venezuela (0%), ou seja, melhor desempenho econômico do modelo liberal;

15. as diferenças de evolução no *rank* mundial do IDH apontam outro resultado marcante: Venezuela (1,5%), Chile (1,4%) e Brasil (-0,7%); ou seja, melhor desempenho social da Venezuela;

16. o Brasil tem forte retrocesso segundo o IDH já que, em um painel de 168 países, perde dez posições no *rank* internacional entre 1995 (*rank* = 65) e 2015 (*rank*= 75)

17. o fenômeno comum aos três países é a redução dos indicadores de desigualdade e da pobreza; e,

18. os melhores desempenhos quanto a redução dos indicadores da desigualdade e da pobreza são a Venezuela e o Chile, respectivamente, enquanto o Brasil situa-se na posição intermediária nesses indicadores.

Os casos do Chile, Brasil e Venezuela sugerem o argumento da desigualdade e pobreza persistentes na ausência de mudanças estruturais na produção, acumulação e distribuição. Pobreza e desigualdade estruturais continuam elevadas e persistentes, independentemente do índice de liberalização econômica, da orientação político-ideológica dos governantes e da evolução dos indicadores de baixa potência de desigualdade e pobreza.

A evidência empírica sobre os indicadores de mudanças estruturais baseia-se na distribuição funcional ou primária da renda e na distribuição setorial do valor da produção. Os principais resultados são:

19. no Chile a evidência é de piora da já elevada concentração da renda que favorece o capital já que a relação entre salário + rendimento misto e renda total cai de 65% em 2000-04 para 61% em 2010-14;

20. essa mesma relação mantém-se relativamente estável na Venezuela (52%) e no Brasil (56%), o que implica ausência de mudanças estruturais nas distribuições de riqueza e renda;

21. a evidência sobre a distribuição setorial da produção é conclusiva visto que há significativa queda da relação entre o valor da produção da indústria de transformação e o valor da produção do setor (processo de reprimarização da produção);
22. as médias dessa relação nos períodos 1999-2002 e 2011-16 são: Brasil = 2,1 e 1,5, Chile = 1,5 e 0,8 e Venezuela = 0,9 e 0,5, respectivamente; e,
23. portanto, trata-se de um retrocesso que implica maior vulnerabilidade externa e instabilidade econômica.

## **4.2 Considerações gerais**

A ausência de diferenças estatisticamente significativas no desempenho dos países latino-americanos (com distintos modelos de desenvolvimento), quanto à variação dos indicadores de desigualdade e da pobreza, pode derivar da interação de três fatores:

- 1) neoliberalismo sincrético que implica flexibilização das diretrizes estratégicas do neoliberalismo introduzido na região nas últimas décadas do século XX;
- 2) paliativismo das políticas sociais que, efetivamente, são incipientes ou, então, não geram, efetivamente, queda da desigualdade e não tiram as pessoas da pobreza; e
- 3) ausência de mudanças estruturais na produção é informada pelos indicadores de distribuição funcional da renda e distribuição da produção.

A América Latina é palco do que se pode denominar neoliberalismo sincrético. Em alguns países, os governantes mantêm ou, até mesmo incrementam a liberalização econômica, ao mesmo tempo em que adotam políticas econômicas e sociais ativas e focadas na redução da desigualdade e da pobreza. Ou seja, o neoliberalismo sincrético significa a combinação de políticas que têm origem em distintos modelos ou doutrinas. Não é por outra razão que a política com maior predominância (transferências monetárias) é, precisamente, aquela apoiada pelo liberalismo doutrinário. Mais do que a fusão de políticas, constata-se a coabitação de estratégias e políticas econômicas liberalizantes

com políticas sociais paliativas. Cabe repetir, na América Latina as políticas sociais têm como eixos estruturantes a monetarização (transferência monetárias) e a financeirização (crédito segmentado).

Embora esses eixos reduzam as síndromes de desigualdade e pobreza, eles não reduzem efetivamente a desigualdade e a pobreza de forma estrutural e permanente. Trata-se do paliativismo na esfera das políticas sociais que ataca, principalmente, os sintomas e não as causas fundamentais. A metáfora apropriada é a do indivíduo que está muito doente, com dores agudas, e que toma analgésicos para reduzir o sofrimento. Esses analgésicos são, unicamente, um eixo de tratamento paliativo, mas que não curam o doente e, sim, aliviam o sofrimento.

A ideia de neoliberalismo sincrético aproxima-se dos conceitos de populismo neoliberal ou neoliberalismo populista aplicado às experiências políticas recentes na América Latina (Weyland, 1996; Weyland, 2003) e de modelo liberal periférico aplicado à experiência brasileira a partir dos anos 1990 (Filgueiras e Gonçalves, 2007, cap. 3). O conceito de populismo neoliberal refere-se a países com modelos liberais em que os governantes adotam políticas sociais paliativas de redução da desigualdade e pobreza com o intuito de manter a credibilidade e, principalmente, a governabilidade. Isso ocorre independentemente da matriz política-ideológica do partido ou governantes no poder.

O conceito de modelo liberal periférico, por seu turno, é abrangente no sentido de identificar experiências em que características marcantes do neoliberalismo (desregulação, privatização, liberalização etc.) são acompanhadas por elementos mais próprios à periferia capitalista (dominação financeira, vulnerabilidade externa, corrupção em larga escala, cooptação da sociedade civil etc.).

Entretanto, nos países que adotam o neoliberalismo sincrético as políticas sociais têm as seguintes características: direitização (captura pela doutrina liberal), monetarização (transferência monetária), financeirização (crédito como ferramenta de inserção social), laborização (empreendedorismo, micro empreendimento), descidadanização (via precarização do trabalho) e a ultrafocalização (em detrimento da universalização de direitos sociais) (Britto, 2004; Filgueiras e Gonçalves, 2007, cap. 5; Pereira, 2012, p. 747-749; Lavinas, 2017). A essas características podemos agregar o paliativismo: na ausência

de mudanças estruturais, as políticas sociais não alteram significativamente a desigualdade e a pobreza que são persistentes e em níveis elevados.

Em consequência, na grande maioria dos países da América Latina, o neoliberalismo sincrético significa que o processo de liberalização econômica avança *in tandem* com políticas de intervenção estatal nas esferas alocativa, produtiva, estabilizadora, reguladora e distributiva. Naturalmente, a fusão de elementos díspares tende a envolver dilemas (*tradeoffs*) e contradições importantes que afetam resultados, custos e sustentabilidade.

Esses dilemas e contradições sugerem a hipótese que, na ausência de mudanças estruturais, as quedas dos indicadores de desigualdade e pobreza expressam mais ilusão (induzida por indicadores de baixa potência e narrativas político-eleitorais) do que realidade. Isso ocorre independentemente dos modelos de desenvolvimento econômico, como apontam os casos do Chile (ultraliberal), Brasil (híbrido) ou Venezuela (antiliberal). As variações dos indicadores são, até mesmo, efetivamente inexistentes. Isso acontece porque não se eliminam as causas estruturais da pobreza e da concentração da riqueza e da renda na região. Esse fato é particularmente evidente quando se analisa tanto a distribuição primária (ou funcional) da renda, que contrapõe os rendimentos do trabalho aos rendimentos do capital, como a distribuição setorial da produção.

A relevância da comparação de Chile, Brasil e Venezuela não está nas distinções marcantes dos modelos de desenvolvimento econômico desses países. A relevância está, precisamente, no fator comum: a ausência de mudanças estruturais. Esse fator comum leva a uma consequência comum: manutenção de níveis elevados e persistentes de desigualdade e pobreza.

Naturalmente, não há qualquer novidade no argumento sobre, de um lado, a ausência de mudanças estruturais e, de outro, e a incipiência e insustentabilidade de políticas de redução da desigualdade e da pobreza na América Latina no século XXI. Esse argumento já foi aplicado, por exemplo, no caso do Equador; país que se destaca a partir de 2007 pela adoção de um modelo econômico inequivocamente antiliberal e, inclusive, de orientação socialista, a partir do início do primeiro mandato de Rafael Correa em janeiro de 2007. A ausência de mudanças estruturais (economia primário-exportadora, informalização, dolarização etc.) compromete a trajetória de queda da desigualdade e da

pobreza na medida em que mantém o elevado grau de dependência e vulnerabilidade externa da economia equatoriana (Ponce e Vos, 2014). Esse argumento, muito provavelmente, pode ser estendido, em maior ou menor medida, a todos os países da América Latina.

Cabe, ainda, uma nota de cautela quanto aos indicadores de desigualdade e pobreza usados nesse estudo. Esses indicadores baseiam-se em pesquisas de amostra de domicílios que subestimam a participação dos grupos de maior renda. Nesse sentido, cabe mencionar estudos mais profundos e abrangentes sobre concentração de renda no Brasil que levam em conta as deficiências dos indicadores (por exemplo, Benjamin, 2016). A evidência empírica sobre a participação do *top* 1% na renda no Brasil mostra tendências de estabilidade ou aumento no período 2001-2015 (Morgan, 2017, gráfico 11). Esse resultado contrasta com as tendências de queda dos indicadores de baixa potência (índice de Gini e da razão da renda Q5 / Q1). É muito provável que esse fenômeno – indicadores mais usados dão uma ideia equivocada de tendências – se repita no caso da maioria ou, até mesmo, totalidade dos países da América Latina.

Essas conclusões e considerações sugerem uma hipótese sobre a evolução futura da desigualdade e da pobreza na América Latina no século XXI: independentemente dos modelos, as quedas de indicadores frágeis de desigualdade e pobreza podem entrar em trajetória na forma de “U”. Portanto, a América Latina pode, lamentavelmente, experimentar a versão invertida da curva de Kuznets (“U” invertido ou curva na forma de sino), que relaciona a desigualdade com o nível de renda (Piketty, 2013, p. 20-22). Ou seja, a versão latino americana corre o risco de ser a curva “U” ou a curva do “sino invertido”. Após a trajetória de queda da desigualdade (e pobreza) deve surgir o efeito *plateau* e, em seguida, a tendência de elevação dos indicadores, como uma volta ao passado de elevados e persistentes níveis de desigualdade (e pobreza).

As crises sistêmicas e profundas que atingiram Brasil e Venezuela a partir de 2013 têm, certamente, aumentado a desigualdade e a pobreza. Essas crises refletem não somente falhas de governo (má gestão, corrupção etc.), mas também falhas de modelos de



desenvolvimento econômico.<sup>16</sup> Por outro lado, no contexto de estabilidade, no Chile a alternância de poder (centro direita vs centro esquerda), bem como a elevada abstenção nas eleições, sugerem que as diferenças nas narrativas político-eleitorais fazem pouca diferença. *Ceteris paribus* (modelo econômico, padrão de gestão, nível de corrupção etc.), a visão é que as diferenças quanto ao desempenho das políticas públicas não são significativas, qualquer que seja o partido ou a força política no poder.

---

<sup>16</sup> Para uma análise do caso brasileiro, ver Gonçalves (2017).

## Bibliografia

Almeida, Lúcio Flávio Rodrigues de (2012) Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, p. 689-710.

Atkinson, Anthony B. (2015) *Inequality. What can be done?* Cambridge: Harvard University Press.

Baer, Werner, Maloney, William (1997) Neoliberalism and income distribution in Latin America. *World Development*, Vol. 25, No. 3, p. 311-327.

Benjamin, Cesar (2016) *Concentração de renda. Quase nada mudou nos últimos anos*. Brasília: Fundação João Mangabeira, *Boletim Conjuntura Brasil*, No. 4.

Britto, Tatiana F. de (2014) Conditional cash transfers: why have they become so prominent in recent poverty reduction strategies in Latin America. The Hague, Netherlands: Institute of Social Studies. *Working Paper Series* No. 390.

Cano, Wilson (1999). *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp.

Castelo, Rodrigo (2012). O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, p. 613-636.

CEPAL (1993). *Panorama Social de América Latina*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

CEPAL (2003) *Panorama Social de América Latina*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

Filgueiras, Luiz, Gonçalves, Reinaldo (2007). *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Friedman, Milton (1962). *Capitalism and Freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

Gasparini, Leonardo, Lustig, Nora (2011) The rise and fall of income inequality in Latin America. Tulane University, *Tulane Economics Working Paper Series* No. 1110.

Gonçalves, Reinaldo (2013) *Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC.

Gonçalves, Reinaldo (2017) Conjuntura internacional, falhas nacionais e crescimento econômico. Falhas de governo, mercado e modelo explicam a queda da renda *per capita* no Brasil (2011-16). Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Texto para Discussão* No. 001/17.

Katz, Claudio (2015). Dualities of Latin America. *Latin American Perspectives*, Vol. 42, No. 4, p. 40-42.

Lavinas, Lena (2017). *The Takeover of Social Policy by Financialization. The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

Morgan, Marc (2017) Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. *Wealth & Income Database. Working Paper Series* No. 2017/12.

Pereira, Potyara A. P. (2012) Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, p. 729-753.

Piketty, Thomas (2013). *O Capital no Século XX*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Ponce, Juan, Vos, Rob (2014) Redistribution without structural change in Ecuador: rising and falling income inequality in the 1990s and 2000. In: Cornia, Giovanni Andrea (ed.) *Falling Inequality in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, p. 73-93.

Ruckert, Arne, Macdonald, Laura, Proulx, Kristina (2017) Post-neoliberalism in Latin America: conceptual review. *Third World Quarterly*, Vol. 38, No. 7, p. 1583-1602.

Sampaio Jr., Plinio de Arruda (2012) Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, No. 112, p. 672-688.

Weyland, Kurt (2003) Latin American neopopulism. *Third World Quarterly*, Vol. 24, No. 6, p. 1095-1115.

Weyland, Kurt (1996) Neopopulism and neoliberalismo in Latin America: unexpected affinities. *Studies in Comparative International Development*, Vol. 31, No. 3, p. 3-31.

# Anexos

## Quadro 1

### Anexo Quadro 1: Presidentes do Chile, Brasil e Venezuela: 1995-2018

#### Chile

Eduardo Frei Ruiz-Tagle	11 de março de 1994	11 de março de 2000	Partido Demócrata Cristão
Ricardo Lagos	11 de março de 2000	11 de março de 2006	Partido Socialista
Michelle Bachelet	11 de março de 2006	11 de março de 2010	
Sebastián Piñera	11 de março de 2010	11 de março de 2014	Renovação Nacional
Michelle Bachelet	11 de março de 2014	11 de março de 2018	Partido Socialista
Sebastián Piñera	11 de março de 2018	–	Renovação Nacional

#### Brasil

Fernando Henrique Cardoso	1 de janeiro de 1995	1 de janeiro de 2003	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB
Luiz Inácio Lula da Silva	1 de janeiro de 2003	1 de janeiro de 2011	Partido dos Trabalhadores - PT
Dilma Rousseff	1 de janeiro de 2011	31 de agosto de 2016	
Michel Temer	31 de agosto de 2016	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

#### Venezuela

Rafael Caldera	2 de fevereiro de 1994	2 de fevereiro de 1999	Movimento Quinta República
Hugo Chávez	2 de fevereiro de 1999	5 de março de 2013	
Nicolás Maduro	5 de março de 2013	–	

## Tabela 1

Anexo Tabela 1: América Latina – Índice de Liberalização Econômica: 1995-2017

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai	Venezuela
1995	68,0	56,8	51,4	71,2	64,5	68,0	57,7	69,1	62,0	57,0	63,1	71,6	65,9	56,9	55,8	62,5	59,8
1996	74,7	65,2	48,1	72,6	64,3	66,4	60,1	70,1	63,7	56,6	61,2	71,8	67,1	62,5	58,1	63,7	54,5
1997	73,3	65,1	52,6	75,9	66,4	65,6	61,0	70,5	65,7	56,0	57,1	72,4	67,3	63,8	53,5	67,5	52,8
1998	70,9	68,8	52,3	74,9	65,5	65,6	62,8	70,2	65,8	56,2	57,9	72,6	65,2	65,0	58,1	68,6	54,0
1999	70,6	65,6	61,3	74,1	65,3	67,4	62,9	75,1	66,2	56,7	58,5	72,6	63,7	69,2	58,1	68,5	56,1
2000	70,0	65,0	61,1	74,7	63,3	68,4	59,8	76,3	64,3	57,6	59,3	71,6	64,0	68,7	59,0	69,3	57,4
2001	68,6	68,0	61,9	75,1	65,6	67,6	55,1	73,0	65,1	57,0	60,6	70,6	60,3	69,6	59,1	70,7	54,6
2002	65,7	65,1	61,5	77,8	64,2	67,5	53,1	73,0	62,3	58,7	63,0	68,5	59,6	64,8	58,6	68,7	54,7
2003	56,3	64,3	63,4	76,0	64,2	67,0	54,1	71,5	62,3	60,4	65,3	68,4	58,2	64,6	57,8	69,8	54,8
2004	53,9	64,5	62,0	76,9	61,2	66,4	54,4	71,2	59,6	55,3	66,0	65,3	56,7	64,7	54,6	66,7	46,7
2005	51,7	58,4	61,7	77,8	59,6	66,1	52,9	71,5	59,5	55,3	65,2	64,3	53,4	61,3	55,1	66,9	45,2
2006	53,4	57,8	60,9	78,0	60,4	65,9	54,6	69,6	59,1	57,4	64,7	65,6	55,6	60,5	56,3	65,3	44,6
2007	54,0	54,2	56,2	77,7	59,9	64,0	55,3	68,9	60,5	59,1	66,0	64,6	58,3	62,7	56,8	68,4	47,9
2008	54,2	53,1	56,2	78,6	62,2	64,2	55,2	68,5	59,8	58,9	66,2	64,7	60,0	63,8	57,7	67,9	44,7
2009	52,3	53,6	56,7	78,3	62,3	66,4	52,5	69,8	59,4	58,7	65,8	64,7	61,0	64,6	59,2	69,1	39,9
2010	51,2	49,4	55,6	77,2	65,5	65,9	49,3	69,9	61,0	58,3	68,3	64,8	61,3	67,6	60,3	69,8	37,1
2011	51,7	50,0	56,3	77,4	68,0	67,3	47,1	68,8	61,9	58,6	67,8	64,9	62,3	68,6	60,0	70,0	37,6
2012	48,0	50,2	57,9	78,3	68,0	68,0	48,3	68,7	60,9	58,8	65,3	65,2	61,8	68,7	60,2	69,9	38,1
2013	46,7	47,9	57,7	79,0	69,6	67,0	46,9	66,7	60,0	58,4	67,0	62,5	61,1	68,2	59,7	69,7	36,1
2014	44,6	48,4	56,9	78,7	70,7	66,9	48,0	66,2	61,2	57,1	66,8	63,4	62,0	67,4	61,3	69,3	36,3
2015	44,1	46,8	56,6	78,5	71,7	67,2	49,2	65,7	60,4	57,4	66,4	64,1	61,1	67,7	61,0	68,6	34,3
2016	43,8	47,4	56,5	77,7	70,8	67,4	48,6	65,1	61,8	57,7	65,2	64,8	61,5	67,4	61,0	68,8	33,7
2017	50,4	47,7	52,9	76,5	69,7	65,0	49,3	64,1	63,0	58,8	63,6	66,3	62,4	68,9	62,9	69,7	27,0

Fonte: Heritage Foundation. *Index of Economic Freedom*.

## Tabela 2

Anexo Tabela 2: América Latina - Índice de Desenvolvimento Humano: 1999-2015

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	El Salvador	Equador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai	Venezuela
1999	0,764	0,600	0,677	0,755	0,65	0,702	0,607	0,668	0,539	0,551	0,694	0,716	0,625	0,674	0,651	0,738	0,67
2000	0,771	0,607	0,685	0,761	0,653	0,708	0,615	0,67	0,546	0,557	0,700	0,721	0,624	0,677	0,656	0,742	0,672
2001	0,776	0,610	0,692	0,768	0,656	0,712	0,621	0,675	0,553	0,561	0,703	0,725	0,632	0,686	0,660	0,746	0,684
2002	0,770	0,617	0,699	0,775	0,659	0,715	0,628	0,679	0,56	0,566	0,708	0,728	0,642	0,686	0,665	0,747	0,688
2003	0,775	0,620	0,695	0,781	0,658	0,719	0,636	0,682	0,564	0,571	0,714	0,733	0,639	0,685	0,666	0,75	0,687
2004	0,780	0,622	0,694	0,79	0,658	0,723	0,644	0,688	0,567	0,577	0,719	0,74	0,646	0,692	0,668	0,753	0,700
2005	0,782	0,625	0,698	0,796	0,669	0,727	0,651	0,693	0,57	0,583	0,723	0,744	0,648	0,693	0,677	0,756	0,714
2006	0,788	0,626	0,700	0,797	0,675	0,734	0,657	0,696	0,578	0,59	0,731	0,743	0,649	0,696	0,685	0,76	0,728
2007	0,792	0,632	0,704	0,804	0,683	0,74	0,659	0,698	0,589	0,597	0,735	0,75	0,654	0,700	0,692	0,77	0,745
2008	0,794	0,636	0,714	0,816	0,691	0,747	0,662	0,702	0,596	0,603	0,738	0,755	0,663	0,706	0,695	0,774	0,754
2009	0,802	0,643	0,716	0,815	0,695	0,749	0,662	0,703	0,602	0,606	0,739	0,756	0,664	0,708	0,697	0,777	0,754
2010	0,816	0,649	0,724	0,82	0,700	0,752	0,666	0,710	0,609	0,611	0,745	0,758	0,675	0,721	0,703	0,78	0,756
2011	0,822	0,655	0,73	0,826	0,707	0,758	0,670	0,717	0,616	0,614	0,748	0,765	0,679	0,725	0,706	0,784	0,767
2012	0,823	0,661	0,734	0,831	0,712	0,762	0,675	0,725	0,611	0,614	0,753	0,773	0,679	0,731	0,709	0,788	0,770
2013	0,825	0,666	0,747	0,841	0,720	0,768	0,676	0,737	0,614	0,618	0,754	0,78	0,688	0,735	0,712	0,791	0,771
2014	0,826	0,671	0,754	0,845	0,724	0,775	0,678	0,739	0,637	0,623	0,758	0,785	0,692	0,737	0,718	0,794	0,769
2015	0,827	0,674	0,754	0,847	0,727	0,776	0,680	0,739	0,640	0,625	0,762	0,788	0,693	0,74	0,722	0,795	0,767

Fonte: PNUD.

### Tabela 3

Anexo Tabela 3: América Latina - Índice de Gini, concentração da renda: 1999-2014

	Argentina (urbana)	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai (urbana)	Venezuela
1999			0,640		0,572				0,555	0,564			0,558	0,545			
2000	0,544	0,643	0,639	0,564	0,570	0,474	0,559	0,531	0,551	0,570	0,542		0,558	0,535		0,447	0,468
2001	0,560	0,609	0,639	0,560	0,569	0,489	0,539	0,525	0,546	0,577	0,528	0,555	0,558	0,525		0,452	0,486
2002	0,578	0,614	0,634	0,556	0,567	0,488	0,530	0,514	0,542	0,588	0,514	0,567	0,560	0,527	0,537	0,455	0,500
2003	0,578	0,587	0,621	0,552	0,548	0,483	0,522	0,503	0,552	0,587	0,515	0,563	0,563	0,530	0,561	0,459	0,485
2004	0,578	0,561	0,612	0,542	0,553	0,478	0,513	0,493	0,563	0,593	0,516	0,541	0,536	0,522	0,586	0,464	0,470
2005	0,558	0,562	0,613	0,532	0,551	0,470	0,531	0,490	0,574	0,598	0,528	0,529	0,528	0,515	0,569	0,451	0,490
2006	0,549	0,564	0,605	0,522	0,555	0,482	0,527	0,487	0,585	0,604	0,506	0,540	0,538	0,507	0,583	0,454	0,447
2007	0,536	0,565	0,590	0,523	0,558	0,484	0,540	0,484	0,581	0,579	0,510	0,524	0,548	0,500	0,556	0,457	0,427
2008	0,523	0,536	0,594	0,523	0,562	0,473	0,504	0,481	0,577	0,566	0,515	0,524	0,529	0,476	0,550	0,446	0,412
2009	0,510	0,508	0,576	0,524	0,553	0,501	0,500	0,478	0,573	0,553	0,498	0,526	0,512	0,469	0,574	0,433	0,416
2010	0,509	0,490	0,567	0,520	0,557	0,492	0,495	0,454	0,569	0,572	0,481	0,528	0,533	0,458	0,554	0,422	0,394
2011	0,492	0,472	0,559	0,516	0,545	0,503	0,460	0,445	0,565	0,569	0,486	0,532	0,546	0,452	0,558	0,402	0,397
2012	0,475	0,481	0,567	0,512	0,536	0,504	0,468	0,437	0,561	0,567	0,492	0,529	0,502	0,449	0,517	0,380	0,405
2013	0,472	0,491	0,553	0,509	0,536	0,512	0,477	0,453	0,557	0,564	0,491	0,527	0,522	0,444	0,544	0,383	0,407
2014	0,470		0,548		0,535	0,505	0,452	0,436	0,553		0,491	0,519	0,536	0,439	0,519	0,379	

Fonte: CEPAL.

Nota: Dados completados com interpolação geométrica.



## Tabela 4

Anexo Tabela 4: América Latina – Razão entre a renda média per capita do domicílio (%): quintil 5 / quintil 1: 1999-2014

	Argentina (urbana)	Bolivia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	El Salvador	Equador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai (urbana)	Venezuela
1999	16,6	48,0	35,6	19,6	25,6	15,3	19,6		19,6	26,5	18,5		23,2	21,6		9,5	18,0
2000	17,8	56,1	36,2	19,5	25,1	15,6	22,1	23,0	19,5	26,7	18,5		23,2	20,4		9,9	14,7
2001	19,3	44,7	36,9	19,1	24,6	17,6	20,2	19,2	19,4	26,9	16,9	25,4	23,2	19,3		10,1	15,8
2002	20,6	44,2	34,4	18,8	24,1	17,0	18,8	18,3	19,3	26,3	15,5	25,8	22,1	18,3	20,7	10,2	18,1
2003	23,4	33,0	31,7	18,4	20,9	16,8	17,5	17,5	20,4	28,2	15,7	26,1	21,1	17,4	24,1	10,4	16,4
2004	26,5	24,7	29,4	17,5	21,0	16,6	16,3	16,7	21,5	31,8	16,0	22,5	18,3	17,2	28,0	10,6	14,9
2005	21,5	26,8	28,8	16,6	20,9	15,1	15,6	19,2	22,7	35,8	17,0	20,0	17,2	16,9	28,1	10,0	17,9
2006	20,3	29,0	27,2	15,7	22,0	16,1	14,9	18,5	23,9	40,4	14,8	21,9	18,6	16,7	28,9	10,1	12,3
2007	19,0	31,5	26,0	15,8	23,2	14,8	14,3	18,6	23,3	32,1	15,4	18,9	20,1	16,5	26,3	10,3	10,6
2008	17,8	25,0	26,2	15,8	24,5	13,5	13,7	15,6	22,6	28,8	16,0	18,8	18,6	14,4	25,4	9,6	9,7
2009	16,6	19,8	23,9	15,9	22,0	16,5	13,1	15,4	22,0	25,9	14,6	18,4	18,3	13,7	28,0	9,1	10,2
2010	16,2	17,7	22,9	15,4	22,4	15,3	11,4	14,1	21,4	28,1	13,3	18,5	20,0	12,5	23,9	8,6	9,0
2011	14,7	15,9	22,0	15,0	20,5	16,8	10,8	12,4	20,8	27,9	13,6	18,6	21,3	12,8	25,7	8,0	9,1
2012	13,2	16,6	22,5	14,7	19,8	16,5	10,3	12,3	20,3	27,7	14,0	19,4	17,7	12,7	19,3	7,3	9,4
2013	13,0	17,4	21,3	14,5	20,0	16,9	11,0	12,2	19,7	27,5	13,5	20,2	19,1	12,3	21,2	7,2	10,1
2014	12,9		19,5		20,0	16,8	10,3	10,8	19,2		13,0	19,2	18,1	11,7	19,8	7,1	

Fonte: CEPAL.

Nota: Dados completados com interpolação geométrica.

## Tabela 5

Anexo Tabela 5: América Latina - População (%) em situação de pobreza: 1999-2014

	Argentina (urbana)	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai (urbana)	Venezuela
1999	23,7	60,6	37,5	20,9	54,9	20,3		49,8	60,9	79,7	43,9		59,0	48,6		9,4	49,4
2000	25,8	63,7	37,5	20,2	53,1	20,3	61,6	47,9	60,6	77,6	41,1		59,3	51,6		10,7	44,0
2001	30,1	61,7	37,5	19,7	51,4	20,1	56,3	48,9	60,4	75,5	40,2	36,9	59,7	54,7		11,4	44,4
2002	45,4	62,4	37,8	19,2	49,7	20,3	54,5	48,4	60,2	77,3	39,4	36,9	61,9	53,6	47,1	15,4	48,6
2003	39,8	63,1	38,7	18,7	48,0	20,4	52,8	48,0	58,8	74,8	38,2	36,1	64,1	52,5	50,6	17,9	47,0
2004	34,9	63,9	37,8	16,9	47,7	20,5	51,2	47,5	57,4	73,8	37,0	32,9	62,6	48,6	54,4	20,9	45,4
2005	30,6	60,4	36,4	15,2	45,2	21,1	48,3	47,6	56,1	72,8	35,5	31,0	56,9	48,7	47,5	18,8	37,1
2006	24,8	57,1	33,4	13,7	44,2	19,0	43,0	47,7	54,8	71,8	31,7	29,9	58,4	44,5	44,5	18,4	30,2
2007	19,1	54,0	30,2	12,9	43,2	18,6	42,6	47,7	56,3	69,2	33,2	29,0	60,0	45,4	44,5	18,1	28,5
2008	14,7	47,8	25,8	12,1	42,2	16,4	42,7	47,8	57,8	68,5	34,8	27,7	56,9	40,5	44,3	14,0	27,6
2009	11,3	42,4	24,9	11,4	40,4	18,9	42,2	47,9	59,3	67,8	35,5	26,4	56,0	37,1	41,1	10,7	27,1
2010	8,6	39,2	22,8	11,1	37,3	18,5	39,1	46,6	60,9	69,5	36,3	25,7	54,8	34,3	41,4	8,6	27,8
2011	5,7	36,3	20,9	10,9	34,2	18,8	35,3	45,9	62,5	71,1	36,7	24,0	49,6	27,8	42,2	6,7	29,5
2012	4,3	34,5	18,6	9,2	32,9	17,8	34,4	45,3	64,2	72,7	37,1	23,5	47,3	25,8	41,1	6,1	25,4
2013		32,7	18,0	7,8	30,7	17,7	33,6	40,9	65,9	74,3	39,1	23,1	40,7	23,9	40,7	5,7	32,1
2014			16,5		28,6	18,6	29,8	41,6	67,7		41,2	21,4	42,3	22,7	37,2	4,5	

Fonte: CEPAL.

Nota: Dados completados com interpolação geométrica.

## Tabela 6

Anexo Tabela 6: América Latina - População (%) com renda inferior a 60% da mediana da renda *per capita*, variação média anual (%): 1999-2014

	Argentina (urbana)	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	El Salvador	Equador	Guatemala	Honduras	México	Panamá	Paraguai	Peru	Rep. Dominicana	Uruguai (urbana)	Venezuela
1999	28,6	33,8	31,5	27,4	28,2	27,1	30,1			31,1	28,8		30,6	29,3		25,7	28,5
2000	29,6	33,9	31,6	27,4	28,6	27,9	30,3	28,1		31,2	28,9		31,0	29,5		26,2	28,0
2001	30,4	32,0	31,8	27,1	29,0	28,4	30,2	27,5		31,4	28,3	32,4	31,4	29,8		25,8	27,2
2002	31,0	32,7	31,4	26,7	29,4	27,8	29,1	27,6	25,6	32,4	27,8	32,1	30,3	29,4	28,1	26,4	28,5
2003	30,6	30,9	31,3	26,4	27,8	27,8	28,1	27,7	26,7	32,3	27,2	32,4	29,3	29,0	29,1	#####	27,89355
2004	30,3	29,2	31,0	26,1	27,7	27,8	27,1	27,8	27,9	33,5	26,6	32,1	27,7	29,2	30,2	26,4	27,3
2005	29,8	30,5	30,8	25,8	28,0	26,6	27,0	28,3	29,0	34,7	27,9	31,4	27,6	29,3	31,1	26,3	28,3
2006	29,9	31,9	30,3	25,5	28,8	26,9	26,8	27,2	30,3	35,9	26,4	31,8	28,2	29,5	30,9	30,9	25,8
2007	29,1	33,4	30,5	25,2	29,6	26,0	26,7	26,5	30,1	35,0	26,6	31,4	28,9	29,7	30,5	26,5	25,5
2008	28,3	31,3	30,4	24,8	30,4	25,1	26,6	27,3	29,9	34,6	26,9	31,5	29,4	28,6	30,8	25,7	24,9
2009	27,6	29,4	30,4	24,5	29,9	27,0	26,6	26,8	29,7	34,2	26,4	30,3	29,4	28,1	30,0	24,7	25,2
2010	27,3	29,2	30,2	24,3	29,4	26,4	26,6	26,7	29,4	33,9	25,9	30,6	29,5	27,5	30,6	24,0	24,1
2011	27,2	29,0	30,0	24,1	29,1	27,4	25,9	27,1	29,2	33,8	25,7	31,1	30,4	28,0	29,8	23,7	24,1
2012	26,2	29,3	29,8	23,7	29,3	28,2	25,2	26,2	29,0	33,6	25,5	31,4	30,0	27,8	29,2	22,9	24,5
2013	26,1	29,7	29,5	23,4	29,3	27,0	25,4	25,3	28,8	33,5	24,3	31,8	28,5	27,2	29,2	22,7	24,7
2014	26,2		29,0		29,3	28,3	25,2	24,2	28,6		23,1	30,8	28,2	26,8	29,2	22,1	

Fonte: CEPAL.

Nota: Dados completados com interpolação geométrica.

## Tabela 7

**Anexo Tabela 7: Brasil, Chile e Venezuela – indicadores básicos de desenvolvimento econômico e social: 1995-2016**

	Brasil	Chile	Venezuela
<b>Índice de Liberalização Econômica</b>			
Média	57,3	76,6	45,6
Taxa média de variação anual (%)	0,1	0,3	-3,6
Coeficiente de variação	38,,0	5,0	-1,9
<b>Produto Interno Bruto, taxa média de variação anual (%)</b>			
Média geométrica	3,0	4,2	2,2
Média aritmética	2,5	4,4	1,2
Coeficiente de variação	1,2	0,6	6,2
<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>			
Média	70,3	79,1	71,6
Taxa média de variação anual (%)	0,7	0,8	0,8
Coeficiente de variação	0,8	0,5	1,1
<b>Índice de Gini</b>			
Média	60,5	53,9	45,8
Taxa média de variação anual (%)	-0,7	-0,5	-1,1
Coeficiente de variação	-1,8	-1,8	-3,5
<b>Razão da renda per capita do domicílio quintil 5 / quintil 1 (%)</b>			
Média	29,5	17,3	13,6
Taxa média de variação anual (%)	-3,0	-1,3	-1,9
Coeficiente de variação	-1,6	-2,0	-7,4
<b>População em situação de pobreza (%)</b>			
Média	31,1	16,5	38,8
Taxa média de variação anual (%)	-4,4	-6,5	-2,3
Coeficiente de variação	-1,2	-0,7	-4,5
<b>População com renda inferior a 60% da mediana da renda per capita (%)</b>			
Média	30,8	25,9	26,6
Taxa média de variação anual (%)	-0,5	-0,9	-0,5
Coeficiente de variação	-1,4	-1,3	-6,6

Fontes: Heritage Foundation, Fundo Monetário Internacional (FMI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Nota: Os indicadores de desigualdade e pobreza referem-se a 1995-2014.

## Tabela 8

Anexo Tabela 8: Chile – distribuição funcional da renda (%): 1999-2014

	Salários	Rendimento misto	Excedente operacional bruto	Total
1999	56,5	13,1	30,4	100
2000	54,6	12,1	33,2	100
2001	55,1	10,7	34,2	100
2002	55,2	10,5	34,4	100
2003	54,9	10,5	34,6	100
2004	51,3	10,3	38,4	100
2005	48,8	9,4	41,8	100
2006	44,4	8,1	47,5	100
2007	44,8	7,6	47,6	100
2008	51,5	7,6	40,9	100
2009	52,9	6,8	40,3	100
			<b>Excedente operacional bruto +</b>	
	<b>Salários</b>	<b>Rendimento misto</b>	<b>rendimento misto</b>	<b>Total</b>
2003	45,3	nd	54,7	100
2004	41,8	nd	58,2	100
2005	39,7	nd	60,3	100
2006	35,8	nd	64,2	100
2007	35,9	nd	64,1	100
2008	40,3	nd	59,7	100
2009	41,4	nd	58,6	100
2010	39,3	nd	60,7	100
2011	40,2	nd	59,8	100
2012	42,2	nd	57,8	100
2013	43,0	nd	57,0	100
2014	42,9	nd	57,1	100

Fonte: Banco Central do Chile.

Nota: (nd) não disponível.

## Tabela 9

Anexo Tabela 9: Brasil – distribuição funcional da renda (%): 2000-14

	Salários	Rendimento misto bruto	Excedente operacional bruto	Total
2000	40,8	15,9	43,3	100
2001	41,5	15,3	43,1	100
2002	40,9	14,7	44,4	100
2003	40,2	15,4	44,4	100
2004	40,3	14,1	45,6	100
2005	41,5	13,7	44,8	100
2006	42,3	13,1	44,6	100
2007	42,4	12,8	44,8	100
2008	43,2	12,5	44,2	100
2009	44,7	11,6	43,7	100
2010	43,8	11,3	44,9	100
2011	44,2	11,1	44,7	100
2012	45,0	11,3	43,7	100
2013	45,3	11,5	43,2	100
2014	45,4	11,1	43,4	100

Fonte: IBGE.

## Tabela 10

Anexo Tabela 10: Venezuela – distribuição funcional da renda (%): 1999-2014

	Salários	Misto	Excedente operacional bruto	Total
1999	42,5	16,8	40,7	100
2000	38,0	14,9	47,1	100
2001	40,9	15,9	43,1	100
2002	38,9	15,7	45,4	100
2003	35,7	14,8	49,5	100
2004	35,3	14,0	50,7	100
2005	33,4	12,9	53,7	100
2006	35,6	12,6	51,7	100
2007	38,4	14,0	47,6	100
2008	35,7	13,1	51,1	100
2009	41,2	15,6	43,2	100
2010	34,6	14,3	51,1	100
2011	35,0	12,9	52,0	100
2012	38,3	13,6	48,1	100
2013	38,2	13,4	48,4	100
2014	44,5	17,2	38,3	100

Fonte: Banco Central da Venezuela.

## Tabela 11

### Anexo Tabela 11

#### Chile, Brasil e Venezuela - indicadores de desenvolvimento econômico e social, equações de tendência linear: 1995-2016

Indicadores	Brasil			Chile			Venezuela		
	Coefficiente	p-valor	R <sup>2</sup>	Coefficiente	p-valor	R <sup>2</sup>	Coefficiente	p-valor	R <sup>2</sup>
Liberalização econômica (a)	0,001	0,666	0,009	0,003	0,000*	0,601	-0,030	0,000*	0,898
Liberalização financeira (b)	0,030	0,180	0,116	0,046	0,088**	0,181	-0,262	0,000*	0,911
PIB (US\$ PPP)	0,029	0,000*	0,956	0,041	0,000*	0,991	0,000	0,841	0,996
PIB <i>per capita</i> (c)	0,001	0,341	0,045	0,014	0,000*	0,981	-0,011	0,004*	0,347
IDH (d)	0,007	0,043*	0,260	-0,014	0,000*	0,886	-0,015	0,000*	0,610
Gini (e)	-0,009	0,000*	0,893	-0,006	0,000*	0,835	-0,015	0,000*	0,825
Razão renda Q5/Q1 (e)	-0,036	0,000*	0,932	-0,018	0,000*	0,840	-0,037	0,000*	0,640
População abaixo linha da pobreza (e)	-0,044	0,000*	0,776	-0,060	0,000*	0,963	-0,040	0,000*	0,781
População abaixo 60% mediana (e)	-0,004	0,000*	0,913	-0,010	0,000*	0,900	-0,009	0,000*	0,698
Salário + rendimento misto / Total das rendas (f)	0,000	0,659	0,015	-0,023	0,004*	0,629	-0,002	0,714	0,010
Salário / Total das rendas (g)	0,009	0,000*	0,864	0,003	0,586	0,030	-0,000	0,977	0,000

Fontes e notas: Ver tabelas 1, 2 e 3. (a) Índice 1995-2017; (b) Índices Brasil e Chile: 1999-2014, Venezuela: 1999-2009; (c) PIB *per capita* como proporção PIB *per capita* médio dos países em desenvolvimento; (d) Posição no *rank* mundial: 2000-15; (e) Percentual, 1995-2014; (f) Percentual, Brasil: 2000-14, Chile: 1999-2009, Venezuela: 1999-2014; (g) Percentual, Brasil: 2000-14, Chile: 2003-14, Venezuela: 1999-2014. Total da renda inclui salário, rendimento misto e excedente operacional bruto. Estatisticamente significativo aos níveis 0,05 (\*) e 0,10 (\*\*).